



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Confiança nas instituições políticas europeias:
O efeito moderador da saliência dos assuntos políticos na relação
entre as avaliações performativas e a confiança nas instituições
europeias

Catarina Isabel Palha Martins

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Ana Maria Belchior, Professora Associada com Agregação,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Helena Carvalho, Professora Catedrática, ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Confiança nas instituições políticas europeias:
O efeito da saliência dos assuntos políticos na relação entre as
avaliações performativas e a confiança nas instituições europeias

Catarina Isabel Palha Martins

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Ana Maria Belchior, Professora Associada com Agregação,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Helena Carvalho, Professora Catedrática, ISCTE - Instituto
Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

Agradecimentos

A redação das páginas que constituem a presente dissertação foi um processo moroso, solitário e, muitas vezes, desafiante. Foram algumas as pessoas que me apoiaram e nunca me deixaram baixar os braços. A essas pessoas dedico os próximos parágrafos.

À minha orientadora, professora Ana Maria Belchior, agradeço a disponibilidade e o rigor nos comentários, assim como todas as palavras amigas de incentivo. À professora Helena Carvalho, coorientadora desta investigação, por me ter acompanhado na (difícil) tarefa da análise de dados e por saber sempre o que dizer para não desanimar. Às duas, o meu mais profundo agradecimento.

À minha família. Aos meus pais, Elsa e Pedro, por verem a filha mais nova partir rumo à capital e nunca lhe cortarem as asas. Por todo o apoio, por acreditarem em mim e por sempre me incentivarem a estudar, mesmo quando a vontade era pouca. Aos meus avós e tia, por me darem colo e mimos sempre que ia a casa. À minha irmã, por sempre se ter mostrado disponível para me ajudar.

Aos meus amigos, que são poucos, mas valem tanto. À Laura e à Filipa, as amigas que o mestrado me deu, por partilharem comigo o desespero de elaborar este projeto e por me levarem a passear (só falta aprenderem a dizer vermelho e não “vermalho”). À Carol, eterna parceira da vida boémia, que está longe, mas sempre à distância de um clique, por ser a minha conselheira de todas as horas. À Lopes, à Cat, à Patty e à Inês, por me acompanharem há tantos anos e por saberem sempre o que dizer. Às minhas colegas de casa e amigas, Raquel, Carol e Maria João, que acompanharam o meu percurso neste mestrado e me acolheram nesta enorme cidade. Obrigada pelos jantares de sábado e pela paciência que tiveram com os meus gostos musicais.

A Lisboa, que se tornou dona do meu coração.

Resumo

A crise da zona Euro e as medidas de austeridade a esta associadas potenciaram uma atmosfera de desconfiança nas instituições europeias (Moisés, 2005). Adicionalmente, a crise pandémica da Covid-19 afetou também os níveis de confiança nas instituições europeias. Motivada pelo impacto destas crises na confiança depositada nas instituições políticas, e sobretudo pela importância do aumento da saliência dos assuntos políticos subjacentes a estas crises, a presente dissertação visa responder à questão: “*em que medida a saliência dos assuntos políticos fortalece a relação entre as avaliações performativas e a confiança nas instituições europeias?*”.

A evidência empírica sobre os fatores explicativos da confiança política suporta o argumento de que esta é, em grande medida, fruto da avaliação performativa institucional. Acresce que a ocorrência de crises aumenta a saliência dos assuntos políticos relacionados com as mesmas e, conseqüentemente, os cidadãos dão maior importância a esses assuntos, no momento de avaliar se confiam nas instituições (Hetherington e Rudolph, 2008). Esta dissertação tem como principal objetivo verificar se a saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro e com a crise pandémica influenciou a relação entre as avaliações performativas e a confiança nas instituições da União Europeia (UE), em Portugal, Itália, Grécia e Espanha. Procedeu-se mediante uma análise quantitativa, com recurso a cinco modelos de moderação. Os resultados confirmam que a saliência dos assuntos políticos modera a relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional, mas não permitem concluir sobre o efeito que esta produz, pois em certos contextos fortalece-a e noutros enfraquece.

Palavras-Chave: Confiança política; Instituições Europeias; Crise da zona Euro; Crise pandémica; Saliência política

Abstract

The Eurozone crisis and the austerity measures associated with it fostered an atmosphere of distrust in the European institutions (Moisés, 2005). In addition, the Covid-19 pandemic crisis also affected levels of trust in European institutions. Motivated by the impact of these crises on trust in political institutions, and especially by the importance of the increased salience of political issues underlying these crises, this dissertation aims to answer the question: "*to what extent does the salience of political issues strengthen the relationship between performative evaluations and trust in European institutions?*"

Empirical evidence on the explanatory factors of political trust supports the argument that it is, to a large extent, the result of performative institutional evaluation. In addition, the occurrence of crises increases the salience of political issues related to them and, consequently, citizens give greater importance to these issues when assessing whether they trust institutions (Hetherington and Rudolph, 2008). This dissertation has as main objective to verify whether the salience of the issues related to the Eurozone crisis and the pandemic crisis influenced the relationship between performative evaluations and trust in European Union (EU) institutions, in Portugal, Italy, Greece and Spain. We proceed through a quantitative analysis, using five moderation models. The results confirm that the salience of political issues moderates the relationship between performative evaluations and institutional trust, but do not allow us to conclude on the effect it produces, since in some contexts it strengthens it and in others it weakens it.

Keywords: Political trust; European Institutions; Eurozone Crisis; Pandemic Crisis; Political salience

Índice	
Resumo	iii
Abstract	v
Índice de Figuras	ix
Glossário de siglas	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I- A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS EUROPEIAS: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL E HIPÓTESES.....	3
1.1. Enquadramento teórico da confiança política institucional	4
1.2. Concetualização da confiança política institucional.....	6
1.3. A arquitetura da União Europeia e as instituições em estudo	9
1.4. Fatores explicativos da confiança nas instituições europeias, objetivos e hipóteses	12
CAPÍTULO II – MÉTODO	19
2.1. Casos de estudo.....	19
2.3. Operacionalização	20
2.4. Análise de dados	22
CAPÍTULO III- RESULTADOS: AS CRISES EM ESTUDO, A SALIÊNCIA DOS ASSUNTOS POLÍTICOS ENQUANTO MODERADORA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	23
3.1. O contexto económico no sul da Europa entre 2009 e 2020.....	23
3.2. O contexto pandémico no sul da europa em 2020.....	27
3.3. Evolução dos níveis de confiança nas instituições europeias entre 2009 e 2020.....	29
3.4. Efeito moderador da saliência dos assuntos políticos na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional na UE	30
3.5. Discussão dos Resultados.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
Referências	43
Anexos	51
ANEXO A – Construção e consistência das variáveis compostas.....	51
ANEXO B- Outputs dos modelos de moderação.....	51

Índice de Quadros

Tabela 1 - Indicadores macroeconómicos da Grécia	24
Tabela 2 - Indicadores macroeconómicos da Itália.....	25
Tabela 3 - Indicadores macroeconómicos de Portugal.....	26
Tabela 4 - Indicadores macroeconómicos de Espanha.....	27
Tabela 5 - Resultados de regressão para a moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia.....	31
Tabela 6 – Resultados de regressão para a moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia.....	33
Tabela 7 - Resultados de regressão para a moderação da saliência dos assuntos relativos à crise pandémica na relação entre a avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica e a confiança institucional europeia	35
Tabela 8 - Resultados de regressão para a moderação da saliência dos assuntos relativos à crise pandémica na relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia....	35
Tabela 9 - Resultados de regressão para a moderação da saliência dos assuntos relativos à crise pandémica na relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia....	37

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo concetual da moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional	16
Figura 2 - Modelo concetual da moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional	18
Figura 3 - Novos casos COVID-19 confirmados diariamente, por milhão de pessoas (2020).....	28
Figura 4 - Novas mortes diárias confirmadas por COVID-19, por milhão de pessoas (2020).....	28
Figura 5 - Evolução da confiança institucional europeia	30
Figura 6 - Efeito da moderadora saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia	32
Figura 7 - Efeito da moderadora saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia.....	34
Figura 8 - Efeito da moderadora saliência dos assuntos relativos à crise pandémica na relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia	36
Figura 9 - Efeito da moderadora saliência dos assuntos relativos à crise pandémica na relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia	38

Glossário de siglas

BCE Banco Central Europeu

CE Comissão Europeia

FMI Fundo Monetário Europeu

PE Parlamento Europeu

PIB Produto Interno Bruto

SPSS Statistical Package for the Social Sciences (Pacote Estatístico para Ciências Sociais)

UE União Europeia

OMS Organização Mundial de Saúde

INTRODUÇÃO

A confiança política é um conceito central na Ciência Política. Este corresponde a uma avaliação sumária de que o sistema é responsivo e fará o que é correto, mesmo na ausência de escrutínio constante por parte dos cidadãos (Miller e Listhaug, 1998). Permite também aos atores políticos superar problemas de ação coletiva, assim como atingir objetivos comuns de forma mais eficaz (Hooghe, Marien e Vroome, 2012). É, portanto, vital para uma boa governação, para a legitimidade e sustentabilidade do sistema político e para a estabilidade do regime (Wong, Wan e Hsiao, 2011). No entanto, “saber *se, por que e como* os cidadãos confiam nas instituições democráticas” carece ainda de explicação (Moisés, 2005:73). A democracia, à semelhança de qualquer outro regime político, caracteriza-se por possuir um conjunto de normas e procedimentos que não se asseguram sozinhos. Cabe às instituições políticas garantir que esse conjunto de normas e procedimentos é aceite e respeitado. As instituições “reportam-se a regras, costumes, práticas e valores relativamente estáveis ao longo do tempo que regem o comportamento dos indivíduos em sociedade”. Numa sociedade democrática, existe “uma delegação de responsabilidades e funções dos cidadãos nas instituições” (Belchior, 2015: 25, 26). Para que as instituições consigam desempenhar o papel para que foram incumbidas, é essencial que os cidadãos tenham confiança nelas, de forma a que as reconheçam como legítimas. Assim, é importante que haja confiança nas instituições, pois estas são importantes mecanismos intermediários entre os cidadãos e o regime (Warren, 1999). Desta forma, a confiança nas instituições serve como uma espécie de indicador da vitalidade do sistema democrático, em que elevados níveis de confiança demonstram que as instituições estão a trabalhar eficazmente e a corresponder às expectativas dos cidadãos (Belchior, 2015: 28; Listhaug e Ringdal, 2008).

Esta investigação afigura-se relevante, não só pela centralidade da confiança política na realidade social, política e mesmo económica, mas também pela escassez de literatura no que concerne a determinantes da confiança nas instituições europeias (Drakos, Kallandranis e Karidis, 2019:1229). Pretende-se averiguar a importância explicativa que a saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro, durante a mesma, e a saliência dos assuntos relacionados com a doença Covid-19, durante a crise pandémica, tiveram na confiança institucional europeia. A saliência dos assuntos políticos, em contexto de crise, tem sido negligenciada nos estudos da confiança institucional. Desta forma, esta dissertação visa contribuir para o entendimento do efeito moderador da saliência dos assuntos políticos na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia. Para o efeito, os países alvo deste estudo são Portugal, Itália, Grécia e Espanha. A crise da zona Euro e a crise pandémica da Covid-19 são dois acontecimentos traumáticos que impactaram os níveis de confiança nas instituições europeias. São, por isso, duas crises cujo estudo é pertinente para melhor compreender a importância de contextos de crise na confiança institucional europeia. A crise pandémica, em específico, revela-se de particular pertinência científica por ser um acontecimento

recente, de forte impacto, e cujos efeitos no plano político se sabe ainda pouco. Assim, esta dissertação pretende responder à seguinte pergunta de partida: “em que medida a saliência dos assuntos políticos condiciona a relação entre as avaliações performativas e a confiança nas instituições europeias?”. Para responder a essa pergunta procuramos concretizar o objetivo de averiguar o papel moderador da saliência dos assuntos políticos na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia. Mais detalhadamente, o efeito da saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre as avaliações sociotrópicas da economia (nacional e europeia) na confiança institucional europeia, em 2014, e o efeito da saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica na relação entre as avaliações sociotrópicas da economia (nacional e europeia) e as avaliações da performance na resposta à crise com a confiança institucional europeia, em 2020.

A opção de investigar a confiança nas instituições europeias prende-se a um conjunto de razões. O primeiro motivo reporta à relevância que estas têm nas democracias europeias e à importância que a confiança institucional detém para o seu normal funcionamento (Hetherington, 1998; Warren, 2018). O segundo motivo prende-se com a necessidade de compreender em que medida e por que os cidadãos confiam nas instituições europeias. Esta necessidade decorre do reconhecimento de que a desconfiança nas instituições governativas pode ameaçar a sua legitimidade e autoridade (Newton, 2008), apesar do debate existente sobre se a prevalência de alguma desconfiança política e a existência de mais cidadãos críticos ser algo positivo ou negativo, que será aprofundado no capítulo de enquadramento teórico (Norris, 1999; Marien e Hooghe, 2011; Fernandes, 2019). Mais concretamente, a UE teve um papel central no que concerne a resposta à crise da zona Euro e, embora menos relevante, teve também importância na crise pandémica. Em ambas as crises, a expectativa dos cidadãos europeus é que as instituições europeias pudessem intervir de forma a auxiliar os Estados-Membros. Assim, é essencial perceber em que medida a performance das mesmas afetou, ou não, a confiança dos cidadãos europeus e em que medida a saliência dos assuntos políticos condicionou essa confiança.

Um sistema político como o da UE é atípico. Coordena o nível nacional com o supranacional, tornando mais difícil a existência de transparência e a tradicional responsabilização política (*accountability*). Tal circunstância justifica a necessidade de discutir a confiança política a este nível. Desde a década de 1970 que se tem assistido a um aumento do interesse no estudo da opinião pública em relação à integração europeia (Serricchio, Tsakatika e Quaglia, 2013:51). A literatura em torno da UE foca-se, maioritariamente, nas atitudes dos cidadãos perante esta instituição, como as atitudes pró-europeia e eurocética, tendo as determinantes da confiança nas suas instituições até à data sido relativamente descuradas (Drakos, Kallandranis e Karidis, 2019:1229). O euroceticismo define-se como uma atitude de dúvida ou descrença em relação à UE ou ao próprio processo de integração europeia e tem vindo a expandir-se (Serricchio, Tsakatika e Quaglia, 2013). No início da integração europeia, na década de 1960, o euroceticismo era baseado numa oposição a uma integração do mercado e era visto como algo momentâneo, típico de um sistema político que está a ser construído

(Brack e Startin, 2015: 239). No entanto, após o Tratado de Maastricht, em 1992, que estabeleceu as bases para uma união económica e monetária e introduziu o conceito de cidadania europeia, tem-se colocado uma pressão progressiva sobre o “consenso permissivo” e o euroceticismo acentuou-se, alterando-se para uma lógica de defesa das comunidades nacionais (Brack e Startin, 2015: 239; Hooghe e Marks, 2007). A oposição à UE tem sido muitas vezes retratada como um fenómeno passageiro, inevitável num sistema político que ainda está em construção, porém essa não é a realidade. O euroceticismo tem demonstrado ser um fenómeno persistente (Usherwood e Startin, 2013). Com esta investigação, procuramos preencher a lacuna existente sobre as determinantes da confiança nas instituições europeias. O argumento principal que é aqui seguido apoia-se na ideia de a ocorrência de crises aumentar a saliência política de assuntos relativos a essas mesmas crises e, por sua vez, os indivíduos atribuírem maior importância a esses assuntos no momento de avaliar se confiam ou não nas instituições (Hetherington e Rudolph, 2008). Isto é, no período da crise da zona Euro, os assuntos de cariz económico ganharam preponderância na agenda política e centralidade também junto dos cidadãos. Desta forma, a principal expectativa nesta pesquisa é que os indivíduos deem maior importância à performance da economia, no período da crise da zona Euro, ao avaliar se confiam ou não nas instituições europeias. Seguindo a mesma lógica, durante a crise pandémica, espera-se que os indivíduos deem maior importância à performance na resposta à crise pandémica no momento de avaliar se confiam nas instituições europeias. Para o efeito, são concretizados cinco modelos de moderação, utilizando dados do Eurobarómetro, para aferir em que medida a saliência dos assuntos políticos intensifica a relação entre avaliações performativas e confiança institucional europeia.

A dissertação divide-se em três capítulos. No capítulo teórico faz-se o enquadramento teórico e concetual, é apresentado o sistema multinível que caracteriza a UE e as instituições em estudo e, por fim, são explanados os fatores explicativos da confiança institucional europeia, os objetivos e as hipóteses que orientam a investigação. No segundo capítulo apresenta-se o método utilizado para concretizar a investigação e operacionalizam-se os conceitos. Por fim, no terceiro capítulo, referente à análise de dados, caracterizam-se as crises, é apresentada a evolução dos níveis de confiança institucional europeia e são apresentados os resultados da análise realizada. A dissertação finda com um conjunto de considerações finais.

CAPÍTULO I- A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS EUROPEIAS: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL E HIPÓTESES

Este capítulo tem como principal objetivo discutir, teórica e concetualmente, a confiança política institucional e os fatores que a explicam, em particular no contexto da UE. É também apresentado o

sistema político da UE e as instituições em estudo. Por fim, são enunciados os objetivos e hipóteses que norteiam a investigação.

1.1. Enquadramento teórico da confiança política institucional

Este subcapítulo procura enquadrar a discussão teórica em torno do conceito de confiança política institucional e das atitudes relacionadas com a UE. Procura-se explicar a discussão teórica tida em torno deste conceito, de forma a podermos situar a presente dissertação na teoria existente.

Os contributos da literatura com maior relevo na discussão sobre confiança política datam a década de 60. Almond e Verba (1963:14) lançaram as bases desta discussão, diferenciando as atitudes que os cidadãos têm em relação ao sistema político. Tais atitudes incluem sentimentos de patriotismo ou de alienação, no geral, e as atitudes que têm em relação aos atores políticos e aos outputs produzidos pelo sistema. Almond e Verba consideravam a confiança política como essencial para a sobrevivência e estabilidade dos regimes democráticos. As bases teóricas que propõem permitiram que Easton (1975:444) identificasse dois tipos de apoio ao sistema político: o específico e o difuso. O apoio específico relaciona-se com a satisfação que os membros de um sistema têm em relação aos resultados - os *outputs* - produzidos por uma autoridade política. Este apoio é dirigido às autoridades políticas e às suas decisões, às políticas e ao próprio estilo de atuação dessas autoridades. Este é baseado num cálculo racional de custos e benefícios, tendo em conta a avaliação que um indivíduo faz da performance dos atores políticos. Desta forma, o apoio específico pode ser medido pela confiança que os cidadãos têm neste conjunto de objetos. Por sua vez, o apoio difuso ou afetivo é independente dos *outputs* e da performance, a curto prazo. Este apoio fornece um reservatório de atitudes favoráveis que ajudam os cidadãos a aceitar ou a tolerar *outputs* produzidos pelo sistema político aos quais se opõem. Conclui-se que o apoio específico é mais instável do que o apoio difuso, pois o primeiro altera-se consoante os *outputs* produzidos num curto espaço de tempo, enquanto o difuso representa um apego cultural e de lealdade, servindo como base de legitimação e estabilidade para o regime (Easton:1975).

De acordo com Easton, podem distinguir-se três conjuntos de objetos políticos alvo de apoio político: a comunidade política (nação ou o sistema político em termos gerais), o regime (ordem constitucional de uma nação) e as autoridades políticas (indivíduos que detenham funções políticas). Na categoria do regime, destacam-se ainda três subcategorias, respetivamente: os princípios segundo os quais o regime funciona, as normas e procedimentos ou, mais comumente, “as regras do jogo” e, por fim, as instituições políticas (Easton, 1975). Alguns autores (Dalton, 2004; Norris, 1999) olham para este conjunto de objetos políticos e transformam as subcategorias do regime também em categorias. Consideram, assim, cinco categorias: a comunidade, os princípios, as normas e

procedimentos, as instituições e as autoridades. Esta distinção entre subcategorias revela-se importante, uma vez que o apoio – ou não apoio – a cada uma delas traz implicações diferentes (Dalton, 2004:7). Como tal, descontentamento com os incumbentes, à partida, não traz prejuízo a uma instituição, uma vez que os cargos políticos são rotativos e expostos a escrutínio público. Do mesmo modo, a falta de confiança em instituições políticas concretas não implica, necessariamente, falta de apoio às instituições democráticas, de forma geral, ou ao próprio regime democrático (Dalton, 2004; Torcal e Montero, 2006). Sobre estes termos importa realçar as diferenças entre desafeição e desconfiança. De facto, a desafeição pode abranger insatisfação e desconfiança no governo e nas instituições, porém deve ser claramente diferenciado das outras dimensões do apoio político. A desafeição caracteriza-se pela prevalência de sentimentos de afastamento e distância da política em geral (Magalhães, 2005). As instituições europeias, em concreto, têm sido acusadas de um défice democrático, que pode colocar em causa toda a legitimidade da UE. A elaboração de políticas a nível europeu é dominado por atores executivos – ministros nacionais no Conselho e nomeados pelos governos na Comissão – o que, por si só, não representa um problema. No entanto, a ação destes agentes está fora do controlo dos parlamentos nacionais (Follesdal e Hix, 2006: 535). Esta dissertação foca-se no Parlamento Europeu (PE), na Comissão Europeia (CE) e no Banco Central Europeu (BCE), não no sentido de apoio ao funcionamento democrático das mesmas, mas sim em relação ao apoio específico.

A literatura tem evidenciado, desde a década de 1970, uma crise de confiança nas instituições democráticas, pautada por um crescente descontentamento e distância dos cidadãos face às instituições democráticas (Fernandes, 2019:9). Sobre as suas consequências, coexistem duas correntes antagónicas. Uma das correntes foca-se nas consequências positivas de uma postura mais crítica dos cidadãos, com maior educação, mais interessados em debater política e menos passivos em relação às autoridades (Norris, 1999). Os autores que seguem esta linha de argumentação baseiam-se na investigação de Inglehart (1971) que evidencia uma “revolução silenciosa”, ocorrida nas sociedades pós-industriais da Europa. Essa revolução trouxe uma mudança de prioridades para as gerações que já têm como garantido prosperidade e paz; isto é, as que têm asseguradas as necessidades materiais. Estas gerações passam, então, a dar prioridade a questões não-materiais como a igualdade de direitos e a proteção de minorias. Porém, cidadãos críticos não são necessariamente cidadãos insatisfeitos ou desafetos. Esta vertente mais crítica dos cidadãos pode ser positiva para gerar alterações constitucionais que melhorem os canais democráticos ou para expulsar os “malandros”¹, aqueles que não cumprem com as expectativas dos cidadãos, através das eleições (Norris, 1999:25). A outra corrente considera a desconfiança institucional algo negativo, pois gera “cidadãos menos propensos a respeitar as regras informais e as normas legais da democracia” (Fernandes, 2019:12). Uma

¹ ‘throw the rascals out’ (Norris, 1999:25)

persistência de baixos níveis de confiança poderá desafiar a própria legitimidade do regime (Hetherington, 1998). Isto significa que cidadãos que não confiam nas suas instituições são mais propícios a forçar mudanças radicais do regime (Andersen e Tverdova, 2003). Índices de confiança nas instituições democráticas elevados proporcionam segurança, estabilidade e reduzem o custo de monitorização e punição (Warren, 2018). A confiança é também desejável para que os cidadãos reconheçam as instituições como legítimas de realizar as funções para as quais foram incumbidas (Belchior, 2015). Se os cidadãos não confiam numa instituição, poderão não aderir às suas decisões políticas ou podem tentar minar a autoridade dessa mesma instituição (Hetherington e Husser, 2012; Kaltenthaler, Anderson e Miller, 2010:1). Adicionalmente, a desconfiança aumenta o apoio a movimentos antissistema, não democráticos ou iliberais, colocando em causa o próprio regime democrático (Fernandes, 2019:12). Por outras palavras, elevados níveis de confiança institucional beneficiam o normal funcionamento do sistema político. No entanto, uma ligeira desconfiança e perspetiva crítica ajuda a manter a “boa saúde” da democracia (van der Meer e Dekker, 2013). Apesar deste debate, a visão dominante é a de que baixos níveis de confiança política devem ser um grande motivo de preocupação para o funcionamento das instituições democráticas (Marien e Hooghe, 2011).

Em suma, desde a década de 1960 que a confiança política é central na literatura da Ciência Política. Pelo papel que a confiança detém nas instituições europeia, e tendo em conta os efeitos negativos que a desconfiança pode provocar, continua a ser pertinente o seu estudo. Considerando o fenómeno do euroceticismo e o pouco enfoque dado às determinantes da confiança nas instituições europeias, esta dissertação surge com o propósito de colmatar essa lacuna.

1.2. Concetualização da confiança política institucional

Este subcapítulo enquadra concetualmente o termo “confiança política institucional”. Começa com uma abordagem mais ampla do que se entende por “confiança” na literatura das Ciências Sociais e, posteriormente, entra no campo específico da confiança no quadro da Ciência Política. Pretende-se com este subcapítulo perceber o que se entende por confiança política institucional e apresentar as suas diferentes dimensões.

A literatura sobre confiança cresceu exponencialmente, a partir da década de 1970, tendo subjacente múltiplas abordagens (Uslaner, 2018:5). Começamos esta concetualização com a definição primária e relacional de confiança. A confiança envolve sempre uma relação entre dois atores, em que um destes (A) confia algo valioso (C) ao outro (B). Nesta relação, há um ambiente de *incerteza*, onde o primeiro ator (A) aceita tornar-se vulnerável perante o segundo (B), reconhecendo que este possui a capacidade de o prejudicar, no entanto, confiando que não o fará (Baier, 1986:236). Outros autores fazem depender a confiança do contexto de cada situação (Bauer, 2017:4; Uslaner, 2018). Para estes,

confiança significa que: “o indivíduo A confia no indivíduo B, para um determinado comportamento X, num contexto Y e no tempo t”. Isto significa que a confiança depositada em alguém pode alterar-se e que um indivíduo pode adaptar as suas expectativas ao longo do tempo e consoante a situação (Uslaner, 2018).

O estudo da confiança no âmbito das Ciências Sociais tem-se debruçado, essencialmente, sobre dois conceitos: o de confiança social e o de confiança política. A diferença entre ambos prende-se, sobretudo, com o destinatário da confiança. Enquanto a confiança social reporta a uma relação entre indivíduos, a confiança política estabelece-se entre um indivíduo e elementos do sistema político (Uslaner, 2018:6). A capacidade de desenvolver confiança noutro sujeito depende das interações tidas ao longo do tempo e da capacidade de produzir resultados que agradem a ambas as partes (Paxton e Ressler 2018; Newton, Stolle e Zmerli 2018; Kaase, 1999). Neste sentido, o que diferencia estas duas confianças é a reciprocidade. Enquanto numa relação social, quem confia espera ser recompensado no futuro, numa relação institucional torna-se difícil haver essa relação de reciprocidade, uma vez que quem confia não sabe o suficiente sobre a entidade na qual depositou a sua confiança e, por sua vez, a própria entidade não sabe o suficiente sobre o primeiro, para identificar a quem deve obrigação de confiança (Offe, 1999:56). A confiança nas pessoas reflete um otimismo de longo termo e a confiança nas instituições uma avaliação de curto prazo da performance das mesmas (Uslaner, 2018). Outra diferença entre os dois conceitos prende-se com as consequências que produzem. Elevados níveis de confiança social trazem uma sensação coletiva de bem-estar, tal como satisfação com a vida e taxas mais baixas de mortalidade, de suicídio e acidentes (Helliwell, Huang e Wang, 2018). Em contrapartida, elevados níveis de confiança política levam a uma maior participação política dos cidadãos, a um maior apoio aos líderes políticos e a uma maior predisposição para pagar os impostos (Chan, Supriyadi e Torgler, 2018).

Segundo a Teoria da Escolha Racional, só existe confiança interpessoal e não política, uma vez que o ato de confiar implica um cálculo racional dos custos e benefícios dessa ação e, para esse cálculo, teria de haver um total conhecimento sobre o indivíduo em quem se vai confiar (Cook e Santana, 2018). Relacionado com a Teoria da Escolha Racional, surge o “interesse encapsulado” (Hardin, 2002). Trata-se de um modelo de confiança traduzido por: “o ator A confia no ator B para determinada ação X”. Este modelo é baseado no conhecimento que A tem sobre a confiabilidade de B, para determinada ação X. Só não existe quebra de confiança se os interesses de ambas as partes estiverem encapsulados na relação. De acordo com esta abordagem, ao contrário das relações sociais, as relações políticas envolvem sempre um conhecimento limitado do cidadão acerca da entidade política e, conseqüentemente, não existem condições para desenvolver confiança nessa entidade. A confiança só pode existir quando se conhece um indivíduo e como os seus interesses se coadunam com os nossos. Ou seja, nesta ótica a confiança só se desenvolve no campo racional e entre indivíduos, uma

vez que implica um cálculo racional de custos e benefícios. No entanto, isto não quer dizer que não exista confiança depositada nas instituições políticas, simplesmente essa confiança não tem as mesmas bases cognitivas que a confiança social (Hardin, 2002: 151).

Os críticos desta lógica racional sustentam que nem sempre a decisão de confiar é feita com base numa escolha racional. Estes defendem que as pessoas não têm informação suficiente, quer em quantidade, quer em qualidade, para fazer uma boa escolha com base num cálculo de custos e benefícios (Mouffe, 1991; Offe, 1999, Warren, 1999). Em vez de uma perspectiva racional, constroem um argumento mais complexo de como se gera a confiança política nas instituições. Constatam, como ponto de partida, que viver em sociedade implica lidar com a possibilidade de que as outras pessoas não correspondam às nossas expectativas. Consequentemente, a democracia implica sempre *desconfiança* e, por isso, necessidade de *supervisão e monitorização*. Não podendo garantir a resolução pacífica dos conflitos de interesses divergentes, a democracia moderna institucionaliza regras, normas e instituições que asseguram a competição política. As instituições constituem, assim, um mecanismo de segurança que reduz a incerteza típica das relações sociais e políticas, estabelecendo regras que permitem que a ação dessas instituições seja fiscalizada. Ou seja, a desconfiança é institucionalizada através dessas regras e normas, fazendo com que a função atribuída às instituições pela sociedade seja conhecida e monitorizada. Havendo um conjunto de regras que respeitam a conteúdos éticos e normativos estabelecidos pela própria sociedade, gera-se uma expectativa social sobre o desempenho das instituições (Offe, 1999; Warren, 1999). Desta forma, a confiança política dos cidadãos nas instituições políticas depende do cumprimento das normas e funções que foram atribuídas a essas mesmas instituições e da experiência de interação que os cidadãos têm com elas (Moisés, 2005:85).

A relação entre confiança social e confiança política está muito presente na literatura, de que sobressaem duas teorias: a cultural e a institucional. Os autores da abordagem cultural afirmam que a confiança política é exógena, ou seja, é formada fora da esfera política e terá origem em processos de socialização pré-política, podendo ser considerada uma extensão da confiança interpessoal (Mishler e Rose, 2001). Na década de 90, põe-se em evidência a importância da confiança interpessoal, das perceções de honestidade, da atividade social e associativa no campo das Ciências Sociais e na análise da escolha pública, que até então tinham permanecido à margem (Bjørnskov, 2018). Neste sentido, Putnam procura uma explicação para diferentes desempenhos de instituições democráticas, em contextos sociais distintos e conclui que essas diferenças se devem à herança cultural. Assim, um regime democrático só será viável na medida em que existam laços de confiança que reforcem os mecanismos de cooperação entre os indivíduos e que, consequentemente, favoreçam o desempenho das instituições políticas. Segundo este autor, as instituições democráticas funcionam devido à “arte da associação” e ao desempenho institucional, estabelecendo uma relação causal entre “comunidade cívica” e desempenho institucional. Assim, a confiança interpessoal é necessária para a existência de

uma sociedade civil ativa e para um apoio político ao regime, mais concretamente, para um apoio às instituições e aos líderes políticos (Putnam, 1995). Desta forma, segundo a abordagem cultural, a confiança institucional é um produto direto da confiança interpessoal.

A abordagem institucional enfatiza, por seu turno, que a confiança política é endógena, logo é uma consequência – não uma causa – da performance institucional (Mishler e Rose, 2001). Esta abordagem critica a lógica cultural por considerar que não é possível estudar a confiança política sem equacionar a experiência dos indivíduos com o regime político, que é posterior à socialização (Colen, 2010:3). Desta forma, o desempenho do regime (Miller e Listhaug, 1999) e a confiabilidade das instituições (Levi e Stoker, 2000) são os elementos centrais para explicar a confiança institucional. Posteriormente, introduziram-se os conceitos de legitimidade por *input* e legitimidade por *output*, para ajudar a explicar o papel da responsividade e da produção de *outputs* na confiança política. Por um lado, a legitimidade por *input* reflete um governar *pelos* pessoas, ou seja, focando-se em ser responsivo e *accountable*. Por outro, a legitimidade por *output* foca-se no governar *para* as pessoas, ou seja, em produzir *outputs* que sejam favoráveis aos cidadãos sujeitos por si, mesmo que, na altura, essa decisão vá contra aquilo que estes desejavam. Ambos os conceitos sugerem que a confiança política será de uma natureza avaliativa. Por um lado, pela apreciação da qualidade dos canais democráticos como as eleições, a responsividade e a *accountability*. Por outro, pela avaliação dos *outputs* produzidos, com destaque para os resultados económicos (Scharpf, 2003).

Concluindo, já é longa a discussão concetual acerca daquilo que se entende por confiança. Inicialmente, o estudo foi baseado nas relações interpessoais e só posteriormente se começou a estudar a confiança política. Em ambas as abordagens, a confiança é sempre fruto de uma relação, pautada por um ambiente de incerteza entre os dois intervenientes. O que diferencia os dois tipos de confiança é o destinatário. No caso da confiança política, a relação estabelece-se entre um indivíduo e elementos do sistema político.

1.3. A arquitetura da União Europeia, as instituições em estudo e os objetivos da pesquisa

Neste subcapítulo é apresentada uma breve contextualização dos problemas associados à integração europeia, como a falta de legitimidade governativa e o défice democrático das instituições da UE. Pretende-se, com este subcapítulo, explicar o sistema multinível da UE e apresentar as instituições em estudo. Faz-se ainda uma breve referência da atuação da UE, tanto na crise da zona Euro como na crise pandémica e, por último, apresentam-se os objetivos da pesquisa.

O processo da integração europeia é marcado, desde cedo, por um défice democrático (Pianta, 2013). A estrutura da UE e a história da integração europeia ajudam a compreender o

descontentamento geral da população para com esta instituição. Com a grande expansão das competências da UE, com o avançar da integração europeia, em áreas de grande visibilidade política, uma tecnocracia já não é suficiente. Isto é, retomando os conceitos de legitimidade por input e legitimidade por output (Scharpf, 2003), uma atuação tecnocrática focada apenas nos outputs não é suficiente. A UE enfrenta o desafio de reforçar a legitimidade por input, focando-se em ser responsivo e *accountable* (Harlow, 2008; Scharpf, 2003).

A UE é um sistema político onde o supranacional, o nacional e o subnacional se confrontam e onde diferentes atores estão presentes (Jordan, 2001). Esta multiplicidade de níveis e de atores faz com que a qualidade democrática não seja tão facilmente assegurada, pois alguns processos tornam-se menos transparentes e a perceção de papéis e responsabilidades bem definidas deixa de existir (Benz, 2006). Muitas das principais instituições da UE têm um grau muito limitado de *accountability* e os defensores da integração europeia preocupam-se com o facto dessas instituições sofrerem de uma escassez de legitimidade e, conseqüentemente, de apoio público (Kaltenthaler, Anderson e Miller, 2010:1262). Este problema é particularmente visível no BCE, que é dependente da confiança dos cidadãos para a eficácia das suas políticas. Porém, não tem um grau satisfatório de responsabilização política (Kaltenthaler, Anderson e Miller, 2010:1262).

É essencial recordar que, desde Maastricht, os Estados da UE perderam instrumentos soberanos essenciais para as políticas públicas de crescimento e desenvolvimento, sem que estes tenham sido substituídos por outros que pudessem constituir uma “política económica e social própria de zonas com soberania verdadeiramente partilhada” (Reis et al, 2013: 14). Esses instrumentos asseguravam as bases democráticas de controlo e discussão e, uma vez desmantelados, diminuiu-se a voz democrática dos cidadãos (Pianta, 2013). Tendo abandonado as suas moedas nacionais, os países que integram a zona Euro deixaram de poder recorrer à desvalorização da taxa de câmbio como forma de se tornarem mais competitivos. Em vez disso, foram obrigados a seguir um programa de desvalorização interna e de austeridade, em consequência da crise económica (Armingeon, Guthmann e Weisstanner, 2015:2). Existe um défice democrático na UE pelo facto de Estados soberanos serem obrigados a adotar medidas de austeridade, uma vez que perderam mecanismos de soberania em prol da integração na zona Euro (Armingeon, Guthmann e Weisstanner, 2015:5). Também é de notar o facto de a UE abarcar um grande número de diferentes populações, cada uma com a sua cultura, com os seus objetivos, com as suas exigências e com as suas necessidades. Desta forma, uma solução “*one-size-fits-all*” não é adequada, na maioria dos casos (Faulkner et al, 2005). Não obstante, foi a abordagem adotada para tentar solucionar a crise da zona Euro. Todos estes aspetos tiveram consequências em termos da opinião pública, contribuindo para o descrédito dos cidadãos nas instituições europeias e para o agravamento do euroceticismo. *Blame-shifting* foi um dos processos que, durante o período da crise económica e financeira de 2008, promoveu a baixa responsabilização entre os EM, potenciado pela falha pré-existente na *accountability*. O *blame-shifting* consiste na culpabilização entre atores

políticos, quando é necessário implementar políticas que vão contra a vontade dos cidadãos e que, por isso, são pouco populares (Sommer, 2020). Este jogo de culpas entre atores políticos tem como objetivo resguardarem a sua imagem pública e protegerem a sua legitimidade governativa. Isto é algo que se verifica, essencialmente, em sistemas multinível, como é o caso da UE. Nestes sistemas, a centralização das competências de tomada de decisão limita a capacidade de os governos adotarem certas políticas que seriam de maior agrado para os seus cidadãos (Kriegmair et al, 2021:1). Nestes casos, ao saberem da existência de um nível supranacional, com quem partilham soberania, os governos transferem as responsabilidades para esse nível superior, de forma a não verem a sua própria atuação questionada, procurando manter legitimidade para governar (Benz, 2006). Isto é, responderam às exigências da UE ao mesmo tempo que asseguraram que não são percecionados como os responsáveis pelas medidas de austeridade (Kriegmair et al, 2021). Assim, é o nível institucional europeu que é questionado e vê a sua legitimidade posta em causa.

Durante a crise pandémica, a UE coordenou uma resposta comum de reforço aos serviços nacionais de saúde e para atenuar o impacto socioeconómico desta crise na economia europeia. Em todo o período pandémico reportam-se casos de entreatajuda dos EM, mostrando estarem unidos para dar uma resposta eficaz a este surto². É ainda escassa a literatura acerca da performance das instituições europeias na resposta a esta crise, mas sabe-se que esta impactou a confiança tida nelas (Belchior, 2020). Esta dissertação contribui para a compreensão do papel da performance institucional europeia na confiança nas instituições.

Em suma, a multiplicidade de atores e de níveis de atuação da UE dificulta a existência de *accountability* e de transparência nos processos políticos. Associado a estas falhas está o *blame-shifting*, muitas vezes utilizado pelos governos nacionais durante a crise da zona Euro, com o objetivo de responsabilizar a UE pelas medidas de austeridade com o intuito de não verem a sua legitimidade questionada. A resposta “*one-size-fits-all*” baseada em programas de desvalorização interna e de austeridade foi considerada ineficaz. Deste modo, a reputação das instituições europeias foi impactada negativamente e a confiança nelas sofreu um decréscimo. Respetivamente à crise pandémica, sabe-se que a performance das instituições europeias teve um papel essencial na resposta à crise e que as avaliações que os cidadãos fizeram dessa performance impactou a confiança tida nelas. Esta dissertação estuda o PE, a CE e o BCE pela sua importância e centralidade na UE. Tanto o PE como a CE fazem parte do designado “triângulo institucional” (juntamente com o Conselho da UE). O PE é um fórum de debate político e é colegislador, partilhando com o Conselho o poder de aprovar e alterar as propostas legislativas. É também a única instituição da UE eleita por sufrágio universal. A CE tem o poder de fazer propostas legislativas e a obrigação de fazer cumprir a legislação, assim como o de

² “Resposta ao coronavírus”, disponível em: https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/coronavirus-response_pt Acedido a 27/10/21

defender os interesses gerais da UE. Por último, o BCE tem a função de gerir o euro, assegurar a estabilidade dos preços e conduzir a política económica e monetária da UE.

O estudo comparado da evolução da confiança política tem concluído que não existe um padrão único universal que explique o comportamento da confiança política nos diferentes países (Newton, 1999). Isto é, a relação entre as avaliações performativas e a confiança política parecem não ser constantes, podendo a sua importância explicativa variar entre países, indivíduos e até entre momentos temporais (Magalhães, 2014). Assim, pretende-se com esta pesquisa aferir em que medida a confiança nas instituições políticas europeias tem distintos padrões explicativos em função das crises económica e pandémica, sendo a questão de partida: “em que medida a saliência dos assuntos políticos fortalece a relação entre as avaliações performativas e a confiança nas instituições europeias?”. O principal objetivo é, assim, averiguar o papel moderador da saliência dos assuntos políticos na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia. Mais concretamente, visa-se compreender a moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre as avaliações sociotrópicas da economia (nacional e europeia) e a confiança institucional europeia, em 2014. Adicionalmente, pretende-se também aferir o papel moderador da saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica na relação entre, em primeiro lugar, as avaliações sociotrópicas da economia (nacional e europeia) e a confiança institucional europeia e, em segundo, as avaliações da performance na resposta à crise e a confiança institucional europeia. Assim, são cobertos dois momentos de análise distintos: o pico da crise económica e financeira da zona Euro, em 2014, e o pico da crise pandémica da Covid-19, em 2020. Foram considerados os picos das crises, pois, como veremos no próximo subcapítulo, é nessas alturas que os assuntos políticos relacionados com cada uma ganham mais saliência na opinião pública.

1.4. Fatores explicativos da confiança nas instituições europeias e hipóteses

Este subcapítulo tem como objetivo explicar os principais fatores explicativos da confiança nas instituições europeias. Considerando esses fatores explicativos, são também formulados os argumentos principais de apoio às hipóteses de investigação, que são explanadas no final desta secção.

Surpreendentemente, num ambiente de euroceticismo crescente e com a legitimidade democrática da União colocada em causa, são poucos os estudos sobre as determinantes da confiança nas instituições europeias (Drakos, Kallandranis e Karidis, 2019:1229). De entre a literatura prévia, alguns estudos centram-se nas origens da confiança na UE, testando teorias sobre o papel das identidades nacionais, do utilitarismo individual e das culturas nacionais, combinando variáveis a nível individual e estatal (Hooghe e Marks, 2005). Outros sugerem que a confiança política na UE é endógena ao desempenho das instituições e que a mera existência de confiança (ou desconfiança) em instituições

distantes dos cidadãos implica que estes não sejam indiferentes ao que acontece para além das fronteiras dos seus próprios Estados (Torcal, 2014). Esta investigação foca-se apenas na importância preditiva de fatores de curto prazo na confiança institucional europeia, não pretendendo, por isso, aferir a importância de fatores culturais.

Relacionado com o desempenho das instituições, o modelo do principal-agente esquematiza a relação entre o principal e o agente, onde o primeiro tem de acreditar que o agente vai fazer aquilo que o principal lhe delegou e que o vai fazer bem (Kaltenthaler, Anderson e Miller, 2010). Este modelo subentende uma *avaliação do desempenho performativo* dos agentes, obrigando a que exista uma especificação de quem é (ou é suposto ser) responsável perante quem (Gailmard, 2012). Considerando a natureza avaliativa da confiança política (Hardin, 1993), uma perceção mais positiva da performance induz a níveis mais elevados de confiança política nas instituições, e o reverso (van der Meer e Hakhverdian, 2017). Exemplo de avaliação performativa é a que se faz do estado da economia. A literatura tem demonstrado que as perceções económicas tendem a afetar de modo significativo a confiança que os indivíduos têm nas instituições políticas (Van Erkel e Van der Meer, 2016; van der Meer e Hakhverdian, 2017). Podem distinguir-se dois tipos de perceção em relação à economia: as perceções egotrópicas e as sociotrópicas. Segundo a teoria do voto económico, as perceções egotrópicas exploram a forma como os indivíduos avaliam as suas próprias condições económicas. As perceções sociotrópicas, por seu turno, exploram como os indivíduos avaliam a performance do governo em relação à economia nacional e, no caso da UE, em relação à economia europeia. Tendencialmente, as perceções sociotrópicas apresentam-se na literatura como mais explicativas da confiança nas instituições, ao contrário das perceções egotrópicas que se apresentam como menos explicativas (Eulau e Lewis-Beck, 1985). No entanto, a instabilidade financeira pessoal tem mostrado também ser explicativa de baixos níveis de confiança (Wroe, 2015). Uma vez que a literatura empírica tem apresentado as avaliações sociotrópicas da economia como mais explicativas da confiança política nas instituições, esta investigação foca-se nelas, tanto a nível nacional como europeu.

A abordagem utilitária ou económica defende que os cidadãos europeus fazem também um cálculo racional dos benefícios de pertencer à UE. Esse cálculo racional é muitas vezes dependente da performance económica, sendo que, os que percecionam uma melhoria da economia do seu país, derivada da integração europeia, tenderão a ter mais confiança nas instituições europeias (Teperoglou e Belchior, 2020). Assim, a confiança política nas instituições europeias depende também da perceção que os cidadãos têm da economia nacional (Foster e Frieden, 2017). Os fatores económicos *per se*, como o PIB, o desemprego, o crescimento económico, entre outros, são fatores exógenos na explicação da confiança institucional e têm um grande peso na literatura. A deterioração das condições económicas, o desmantelamento do Estado social e a crise geral do modelo capitalista são determinantes que ajudam a explicar a desconfiança política crescente no seio da UE (Torcal, 2014).

Especialmente em períodos de crise económica, os fatores económicos desempenham um papel relevante na explicação dos níveis de confiança nas instituições europeias (Braun e Tausendpfund, 2014).

Os governos dos países que passaram por planos de resgate durante a crise da zona Euro foram forçados a introduzir medidas políticas extremas contra os interesses dos seus próprios cidadãos (Pianta, 2013). Ficaram, supostamente, obcecados com o comportamento dos indicadores económicos números e passaram a governar segundo as regras, sem tomar em consideração as reivindicações e necessidades dos seus cidadãos (Schmidt, 2015). Tornaram-se, cada vez mais, tecnocratas e cada vez menos responsáveis. Nas tecnocracias, a política reduz-se a uma forma de administração social, organizada em torno do consenso do neoliberalismo e do Estado liberal (Fominaya, 2017:3). Começou, então, a surgir a opinião generalizada de que a classe política estava a representar os próprios interesses e que não era responsável às necessidades dos cidadãos (Muro e Vidal, 2016: 2,3), tendo escolhido a “eficiência” em detrimento da “democracia” (Scharpf, 1999 citado por Muro e Vidal, 2016). Quando prevalece a ineficiência, a indiferença institucional perante as demandas dos cidadãos e o desrespeito pelo interesse público, instala-se uma atmosfera de descrédito, desconfiança e distanciamento dos cidadãos da política e das instituições, em particular (Moisés, 2005:92). No seguimento da crise verificou-se o aumento de protestos anti-austeridade e pró-democracia (Accornero e Pinto, 2015; Cameron, 2014; Fominaya, 2017), assim como o surgimento de partidos nacionais populistas e antissistema novos, e o crescimento de já existentes (Eatwell e Goodwin, 2019). Estes indicadores denotam um descontentamento dos cidadãos em relação ao status quo e um sentimento de que não estão a ver os seus interesses representados e as suas necessidades respondidas. As instituições supranacionais foram os principais alvos de descontentamento (Armingeon e Guthmann 2014; Torcal, 2014). Com o desemprego a atingir níveis recorde e com os representantes não responsáveis às necessidades dos seus cidadãos, os níveis de confiança nas instituições europeias sofreram um decréscimo considerável (Fernandes et al, 2019: 75).

Outros contributos avançam que o principal fator que explica os níveis de confiança nas instituições europeias são os níveis de confiança nas instituições nacionais. Tal ocorre através de mecanismos de heurística, uma vez que os europeus têm mais conhecimento sobre as políticas nacionais do que das políticas europeias (Armingeon e Ceka, 2014; Torcal e Christmann, 2019). Segundo esta lógica, quanto mais um cidadão confia nas instituições nacionais, mais confia nas instituições europeias. No entanto, não existe consenso na literatura no que concerne a esta relação. Alguns autores, contrariando o argumento referido anteriormente, consideram que a confiança nas instituições nacionais e a confiança nas instituições europeias são inversamente proporcionais. Isto é, quanto mais um cidadão europeu confia nas suas instituições nacionais, menos confia nas instituições europeias. Isto ocorre porque fazem uma boa avaliação da performance das instituições nacionais e as instituições europeias surgem como tendo pouca relevância na resposta às suas necessidades. Esta

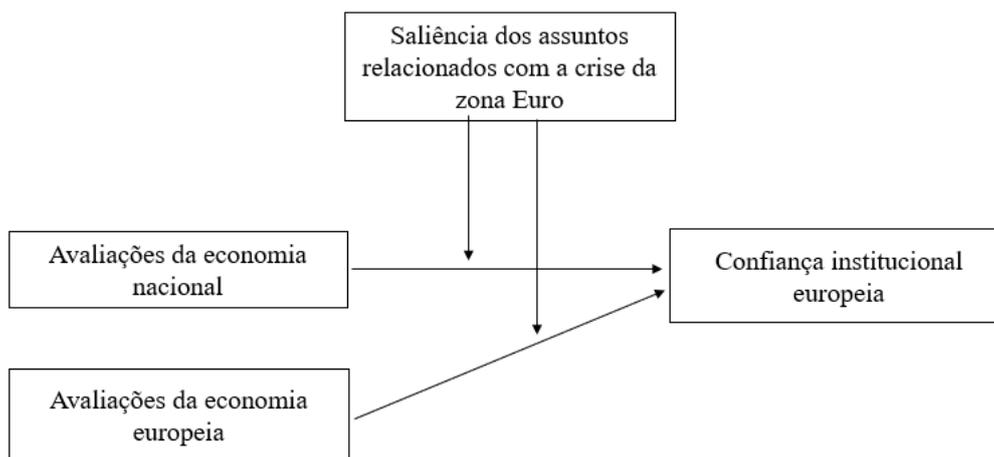
extrapolação da confiança nas instituições nacionais para as instituições europeias não é constante e varia ao longo do tempo, dependendo das condições económicas e políticas dos países (Torcal e Christmann, 2019). Outros consideram que o principal fator para um cidadão confiar numa instituição europeia centra-se na posição que essa instituição ocupa na estrutura hierárquica da União. Quanto mais supranacional a instituição, menos confiança política reúne, uma vez que instituições mais pequenas e locais são mais responsivas e, por sua vez, os cidadãos sentem-se mais ouvidos e veem mais facilmente as suas necessidades e exigências correspondidas por estas (Anderson, 1998; Muñoz, 2017). As apreciações dos cidadãos europeus em relação à economia no plano europeu são, por isso, a par das avaliações a nível nacional, eixos fundamentais na explicação da confiança nas instituições europeias.

Os fatores explicativos enunciados até então pressupõem sempre uma avaliação racional da confiança nas instituições. No entanto, não é certo que a confiança nas instituições seja feita, meramente, por uma avaliação racional dos outputs produzidos. Essa avaliação pode ser também dependente de perceções e julgamentos, ou até mesmo condicionada por outras razões de descontentamento ou pelas características dos próprios indivíduos (Belchior, 2015: 30, 31). Por exemplo, após eventos traumáticos, como um atentado terrorista ou uma guerra, a literatura sugere que a confiança nas instituições governamentais tende a aumentar, suportada em fatores não racionais. Esse fenómeno de aumento de apoio às figuras governamentais é conhecido por “*rally-round-the-flag*”. Este efeito é identificado enquanto explicação para o aumento da confiança nos seus líderes, num *curto* espaço de tempo, *imediatamente* após um evento traumático ocorrer, como a crise pandémica iniciada em 2019 (Esaiasson et al, 2020). Este aumento de confiança nas instituições governamentais ocorre derivado da ansiedade e sentimento de ameaça que as crises despoletam. Perante estes sentimentos, as instituições e líderes políticos surgem como as figuras de salvação (Schraff, 2020). Nestes casos, as próprias elites políticas adaptam o seu discurso de forma a intensificar o *rally-around-the-flag*, procurando transmitir a gravidade da situação e a urgência de agirem em união para proteger a nação (Bavel et al, 2020; Esaiasson et al, 2020). Importa, por isso, perceber se este mecanismo de reação psicológica a momentos de crise esvazia a capacidade explicativa dos fatores cognitivos relacionados com avaliações de performance institucional. Isto é, se mesmo em circunstâncias de choques externos, como é o caso da emergência da crise pandémica em 2020, os indivíduos continuam a ser capazes de responsabilizar os líderes políticos pelo seu desempenho no contexto institucional.

Em suma, a literatura referente aos fatores explicativos da confiança institucional europeia, durante a crise da zona Euro, é satisfatoriamente ampla. Esta literatura tem concluído que, de facto, as avaliações negativas da performance económica são o principal fator que explica a quebra de confiança nas instituições europeias (Torcal, 2014). Relativamente à crise pandémica, o efeito das

avaliações performativas na confiança nas instituições europeias está ainda pouco explorado. Estudos sobre choques externos, como o caso de desastres naturais, têm mostrado que os indivíduos tendem a recompensar o governo pela sua eficiência, e o reverso, responsabilizando os incumbentes (Carlin et al, 2014). Adicionalmente, estudos mais recentes sobre a Covid-19 demonstram que os cidadãos continuaram a responsabilizar o governo pelo seu desempenho, não só em termos de resposta à crise pandémica, mas também, de uma forma mais ampla, pelo desempenho económico (Belchior, 2021). Assim, existem boas razões para esperar que as respostas cognitivas ao desempenho do executivo não sejam ignoradas quando ocorrem choques externos, mas sim que promovam a responsabilização dos incumbentes. No entanto, o foco desta dissertação na saliência dos assuntos políticos traz uma novidade à literatura existente, na medida em que se propõe perceber se a saliência dos assuntos relacionados com a crise económica e dos assuntos relacionados com a crise pandémica reforçam a relação existente entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia.

Figura 1 - Modelo conceitual da moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional



Foi já amplamente demonstrado que existe uma relação entre a avaliação performativa e a confiança nas instituições (Kaltenthaler, Anderson e Miller, 2010; van der Meer e Hakhverdian, 2017). Não obstante, essa análise tem descurado um aspeto que parece fulcral: é improvável que os cidadãos responsabilizem as autoridades políticas pela sua performance em questões com as quais não se preocupam (Blok, 2021:3). Isto é, as pessoas decidem quanto confiam nas instituições consoante os assuntos que consideram ser mais importantes num determinado período. Quando determinado assunto político se torna mais saliente, os indivíduos tendem a dar mais peso à performance das instituições relativamente a esse assunto ao determinar o seu grau de confiança nessas instituições (Hetherington e Rudolph, 2008). Por sua vez, a saliência de determinado assunto político está relacionada com a priorização que os meios de comunicação lhes dão. A este processo dá-se o nome de *priming* (Faulkner, Martin e Peyton, 2015:169). Desta forma, o contexto político e económico que um país

atravessa tem influência na saliência de determinados assuntos políticos e, conseqüentemente, a saliência dos assuntos políticos influencia a confiança política nas instituições, a curto prazo. Assim, as avaliações da performance económica terão, expetavelmente, mais importância na explicação dos níveis de confiança nas instituições nos países mais afetados pela crise da zona Euro. Isto é, a saliência dos assuntos relacionados com a crise económica é maior em Portugal e na Grécia, durante o pico desta (2014), e a saliência dos assuntos relacionados com a Covid-19 é maior em Itália e Espanha, no pico da crise pandémica (2020). Espera-se, então, que a relação entre as avaliações sociotrópicas da economia (nacional e europeia) e a confiança institucional europeia seja mais intensa nos países mais afetados pela crise da zona Euro, em comparação com os países menos afetados. Apesar da influência das avaliações da economia na confiança institucional ter sido já amplamente escrutinada, principalmente em contexto de crise económica, esta investigação opta por repetir essa análise, de forma a olhar para a relação como um todo e não se focar apenas no efeito da saliência dos assuntos políticos. Assim, procura-se corroborar a literatura existente sobre a influência das avaliações performativas que os cidadãos fazem sobre a economia, no momento de avaliar se confiam, ou não, nas instituições europeias (Torcal, 2014, Van Erkel e Van der Meer, 2016; van der Meer, 2017) e, ao mesmo tempo, contribuir para a literatura com um dado novo sobre a influência da saliência dos assuntos políticos nessa relação. Nesse sentido prevê-se que (conforme apresentado na Figura 1):

Hipótese 1a (H1a): A relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança nas instituições europeias é positiva, em 2014.

Hipótese 1b (H1b): A saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro modera a relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança nas instituições europeias, reforçando-a, em 2014.

Hipótese 2a (H2a): A relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança nas instituições europeias é positiva, em 2014.

Hipótese 2b (H2b): A saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro modera a relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança nas instituições europeias, reforçando-a, em 2014.

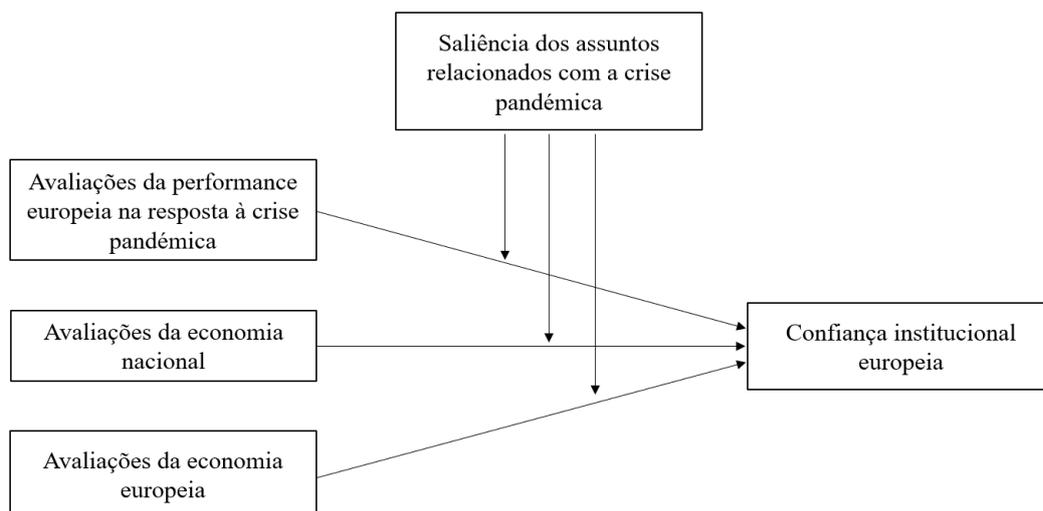
A literatura recente sobre a crise pandémica tem apontado o efeito *rally-around-the-flag* como um determinante importante da confiança nas instituições durante esta crise (Esaiasson et al, 2020; Rump e Zwiener-Collins, 2021; Schraff, 2020). Porém, na literatura geral, a avaliação performativa das instituições surge, recorrentemente, como um dos fatores mais explicativos da confiança institucional (Torcal, 2014; van der Meer e Hakhverdian, 2017). Ou seja, quem melhor avalia a performance das instituições, mais confia nelas. Por sua vez, a saliência política da doença Covid-19 leva a supor que a avaliação da performance europeia relativa à crise pandémica tenha preponderância sobre o efeito

rally-around-the-flag, que é um mecanismo puramente psicológico, de curta duração e cuja avaliação tem sido limitada pela falta de controlo estatístico (Johansson et al, 2021). Adicionalmente, como veremos no Capítulo III, os dados já disponíveis sobre a confiança nas instituições europeias demonstram que não houve um aumento de confiança, mas sim o contrário. Desta forma, esta dissertação questiona a ideia da preponderância de um efeito *rally-around-the-flag* em torno das instituições europeias na sequência da emergência da crise pandémica, procurando provar que, durante esta crise, o desempenho institucional continua a ter um papel essencial na explicação da confiança institucional (Belchior, 2021). Desta forma, pretendemos demonstrar que as avaliações performativas continuam a ser preponderantes no momento de avaliar a confiança institucional europeia, mesmo durante a crise pandémica, e que a saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica reforça essa relação. Assim, propõe-se que (Figura 2):

Hipótese 3a (H3a): A relação entre a avaliação da performance europeia relativa à crise pandémica e a confiança nas instituições europeias é positiva, após a emergência da crise pandémica.

Hipótese 3b (H3b): A saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica modera a relação entre a avaliação da performance europeia relativa à crise pandémica e a confiança nas instituições europeias, fazendo com que esta se intensifique.

Figura 2 - Modelo conceitual da moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional



A crise pandémica, para além do perigo para a saúde pública que representou, também apresentou um forte cariz económico (Podvrsic et al., 2020). Alguns autores consideram que a crise económica provocada pela crise pandémica poderá vir a ter o dobro da dimensão da crise da zona Euro (Bénassy-Quéré e Di Mauro, 2020). Com o encerramento dos estabelecimentos comerciais e com milhares de

pessoas a perder o seu emprego, a emergência de uma nova crise económica está igualmente presente. Como antes referido, as avaliações da performance económica são aquelas que maior peso têm na explicação da confiança institucional. Assim, é esperado que as avaliações económicas continuem a ser um importante fator explicativo da confiança institucional europeia, durante a crise pandémica, pela ameaça associada a uma crise económica (Belchior, 2021). Ou seja, os cidadãos desejam que, tanto os governos nacionais como as instituições europeias, tenham um bom desempenho económico para precaver a crise económica que se prevê ocorrer após a crise pandémica. Também nesta relação entre avaliação performativa da economia (nacional e europeia) e a confiança institucional europeia é esperado que a saliência da crise pandémica exerça efeito, prevendo-se que (conforme a Figura 2):

Hipótese 4a (H4a): A relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança nas instituições europeias é positiva, após a emergência da crise pandémica.

Hipótese 4b (H4b): A saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica modera a relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança nas instituições europeias, fazendo com que esta se intensifique

Hipótese 5a (H5a): A relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança nas instituições europeias é positiva, após a emergência da crise pandémica.

Hipótese 5b (H5b): A saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica modera a relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança nas instituições europeias, fazendo com que esta se intensifique.

CAPÍTULO II – MÉTODO

Neste capítulo pretende-se apresentar o método de análise utilizado nesta pesquisa. Começa-se com a especificação dos estudos de caso e o porquê da sua pertinência nesta dissertação. De seguida, operacionaliza-se os conceitos e, por último, apresentamos os modelos testados e a análise de dados feita.

2.1. Casos de estudo

A presente investigação centra a sua análise em quatro países pertencentes à Europa do Sul: Portugal, Grécia, Espanha e Itália. A escolha deste conjunto de países é aquela que melhor satisfaz os objetivos desta investigação. São países afetados pelas crises económica e pandémica, embora com algumas diferenças entre si, e onde é possível estudar o impacto destas na confiança nas instituições europeias.

Salvague-se, no entanto, as diferenças existentes na experiência de cada país com estas crises. Portugal e Grécia foram os países que mais sentiram as consequências da crise da zona Euro e Itália e Espanha as consequências da crise pandémica. Por serem países afetados pelas mesmas crises, mas que foram afetados de modo diferente, com diferentes consequências também na confiança política nas instituições europeias, permitem-nos estudar a influência que a saliência dos assuntos políticos relacionados com estas crises exerceu nesses diferentes padrões (Hetherington e Rudolph, 2008).

Procede-se a um estudo comparativo entre estes quatro países utilizando o método comparativo dos casos mais similares. Este método determina que sistemas tão semelhantes quanto possível em relação ao maior número possível de características constituem as amostras ideais para o estudo comparativo (Przeworski e Teune, 1970). São todos países do Sul que formam o conjunto a que, comumente, se dá o nome pejorativo “PIGS”³ para designar o estado das suas economias durante a crise da zona Euro. São países periféricos com uma economia estruturalmente frágil e comumente conhecidos como “o cinturão da azeitona” para retratar as suas características culturais comuns. Segundo este método, as características sistémicas comuns são concebidas como consideradas controladas, enquanto as diferenças intersistémicas são vistas como variáveis explicativas. Assim, as características sociodemográficas e culturais destes países são consideradas controladas. Deste modo, os diferentes impactos de cada crise podem ser consideradas como determinantes. Essas diferenças vão-nos permitir estudar a influência dos assuntos económicos e a saliência dos assuntos relativos à doença Covid-19, na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia. Adicionalmente, é comum na literatura da confiança política comparar o conjunto de países da Europa do Sul. De seguida, descreve-se a origem e a natureza das variáveis que integram a análise.

2.3. Operacionalização

São cinco os conceitos incluídos nesta análise. Neste subcapítulo pretendemos explicar como foram operacionalizados.

Confiança institucional europeia

A *confiança institucional europeia* foi medida através de três itens de resposta à pergunta: “Para cada uma das seguintes instituições, diga-me se tende a confiar ou a não confiar na mesma: confiança no PE; confiança na CE; confiança no BCE” - medidos através de duas categorias: 1 (tende a confiar) e 0 (tende a não confiar). Para a criação da nova variável compósita *confiança institucional europeia* foi realizada a contagem das respostas à categoria 1 correspondentes às pessoas que tendem a confiar em cada instituição, obtendo-se uma variável consistente ($\alpha = 0,92$, para 2014 e 2020).⁴ Assim, esta

³ Sigla formada pelas iniciais de cada país

⁴ Ver Anexos: Tabelas 1 e 2

variável varia entre o 0 e o 3, sendo que o 0 corresponde a não confiar em nenhuma instituição e o 3 corresponde a confiar em todas.

Avaliação sociotrópica da economia nacional

Para medir a *avaliação sociotrópica da economia nacional* foi usada a questão: “como avalia a situação atual em cada um dos seguintes domínios: a situação da economia nacional”. Esta questão é medida por uma escala que varia de 1 (muito boa) a 4 (muito má). Para efeitos analíticos procedeu-se à inversão da escala, passando de 1(muito má) a 4 (muito boa).

Avaliação da economia europeia

A *avaliação da economia europeia* foi operacionalizada através da questão: “como avalia a situação atual em cada um dos seguintes domínios: a situação da economia europeia”⁵ cuja escala varia de 1 (muito boa) a 4 (muito má). Procedeu-se também à inversão da escala, passando a variar de 1(muito má) a 4 (muito boa).

Avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica

A avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica foi operacionalizada através da questão: “em geral, até que ponto está satisfeito com as medidas tomadas para combater o surto de Coronavírus por: as instituições da UE?”⁶ cuja escala varia de 1 (muito boa) a 4 (muito má). Também para esta variável procedeu-se à inversão de escala, passando a variar das avaliações negativas para as positivas.

Optou-se por medir a saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro e com a crise pandémica de forma macro. Isto é, não é tida em conta a importância que cada indivíduo atribui a estes assuntos. Assim, tendo em conta as bases teóricas do argumento da saliência dos assuntos políticos (Hetherington e Rudolph, 2008), considerou-se os países mais afetados pela crise da zona Euro aqueles onde há maior saliência dos assuntos de cariz económico e os países mais afetados pela crise pandémica aqueles onde se atribui maior saliência aos assuntos relacionados com a mesma.

Saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro

A saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro foi operacionalizada através de uma variável *dummy* com as categorias 1 (Portugal e Grécia) e 0 (Espanha e Itália), países mais afetados por essa crise, e países menos afetados (respetivamente).

Saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica

A *saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica* também foi medida através de uma variável *dummy* com a categoria 1 que inclui os países mais afetados pela crise da Covid-19 (Espanha e Itália)⁷ e com a categoria 0 correspondente aos países menos afetados pela crise da Covid-19 (Portugal e Grécia).

2.4. Análise de dados

A análise dos dados visa responder aos objetivos da pesquisa. Começa-se pela caracterização das duas crises, descrevendo-se depois as diferentes evoluções dos níveis de confiança nas instituições europeias de cada país, num momento de análise descritiva. Por último, visa-se aferir a importância da *saliência dos assuntos políticos* enquanto moderadora do efeito das avaliações sobre a performance na confiança nas instituições europeias.

Para responder ao primeiro momento descritivo, sistematiza-se em tabelas a evolução dos indicadores macroeconómicos, de modo a contextualizar a situação económica da Europa do Sul entre 2009 e 2020. Seguidamente, apresenta-se a evolução dos casos e óbitos provocados pela Covid-19, com o intuito de caracterizar a crise pandémica. Adicionalmente, recorreu-se à elaboração de gráficos que representam a evolução dos níveis de confiança nas três instituições em estudo: o PE, a CE e o BCE, e para os quais se usaram os Eurobarómetro de 2009 a 2020.

Para testar as hipóteses de investigação, dado que envolvem modelos de moderação, foi utilizada a macro PROCESS (versão 3.5), apoiados em regressões lineares múltiplas. Dois dos modelos são referentes ao ano de 2014, para estudar a *saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro* é a variável moderadora e a *confiança institucional europeia* a variável *outcome*. O que os distingue são as variáveis preditoras que num é a *avaliação da economia nacional* e no outro é a *avaliação da economia europeia*. Os outros três modelos são referentes ao ano de 2020 e abordam a *saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica*, durante a mesma. A variável moderadora, *saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica*, e a variável *outcome*, *confiança institucional europeia*, são comuns aos três. As variáveis preditoras de cada um são: a *avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica*, a *avaliação da economia nacional* e a *avaliação da economia europeia*.

⁷ Ver subcapítulo 3.2

CAPÍTULO III- RESULTADOS: AS CRISES EM ESTUDO, A SALIÊNCIA DOS ASSUNTOS POLÍTICOS ENQUANTO MODERADORA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo visa-se contextualizar a situação económica do Sul da Europa durante o período compreendido entre 2009 e 2020. Adicionalmente, é apresentada a crise pandémica e os seus efeitos sociais e políticos. Por fim, são relatados e discutidos os resultados obtidos com a análise realizada sobre a moderação da saliência dos assuntos políticos na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia.

3.1. O contexto económico no sul da Europa entre 2009 e 2020

A crise da zona Euro foi já considerada a mais grave desde 1929, tendo sido causada por empréstimos de risco no sector imobiliário. A falência do Lehman Brothers, em 2008, marcou o começo desta (Albano, 2018; Bresser-Pereira, 2009). Esta crise trouxe uma diminuição de investimento nas áreas sociais, de forma que os Estados pudessem cortar nas despesas públicas e equilibrar as contas nacionais. O objetivo foi não ultrapassar o limite dos 6% de dívida pública, imposto pela Troika⁸, para os países que estavam a passar por planos de resgate. Esta crise veio também alertar para a má governação feita à sombra de medidas neoliberais (Bresser-Pereira, 2009). Esta lógica neoliberal critica a *welfare economics*, defendendo menos intervenção do Estado para combater desigualdades sociais, intervindo só nas falhas do mercado (Friedman, 1977; Hayek, 1945). Este neoliberalismo exacerbado desmantelou o Estado de bem-estar social (Albano, 2018). As políticas de austeridade aplicadas foram uma forma de deflação voluntária, através de redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade (Blyth, 2017:22; Reis et al, 2013:12). Estas medidas resultaram em “mais desemprego, sobretudo entre os jovens, padrões de vida mais baixos ou estagnados para muitos, e um declínio na esperança das políticas dominantes” (Eatwell e Goodwin, 2019: 180). No fundo, foi um período desregulamentação e de liberalização do mercado de trabalho e do setor dos serviços (Conceição, 2016: 47,48). Em suma, as medidas de austeridade associadas à crise da zona Euro seguiram uma narrativa neoliberal e trouxeram profundas consequências socioeconómicas. De seguida é apresentada a evolução dos indicadores macroeconómicos dos países em estudo (o PIB per capita, o crescimento anual e o desemprego), de forma a visualizar as consequências económicas desta crise.

Grécia

No final de 2009, descobriu-se que a Grécia teria escondido um grave descontrolo das contas públicas e registava valores de défice orçamental e de dívida pública muito superiores ao que seriam

⁸ Tríade formada pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeu

toleráveis para um país da zona euro. Em fevereiro de 2010, a CE submeteu a Grécia a uma vigilância orçamental rigorosa, obrigando o governo grego a tomar medidas drásticas para reduzir o peso das despesas públicas (Silva, 2017: 22). Ainda assim, essas medidas não foram suficientes e, a 11 de abril de 2010, o Eurogrupo acordou uma assistência financeira à Grécia, sob caução de cumprimento de um rigoroso plano de austeridade. Como se pode verificar na Tabela 1, o PIB per capita da Grécia teve um decréscimo acentuado até 2016, tendo aumentado ligeiramente até 2018. No que concerne ao crescimento anual, a Grécia apresentou valores negativos até 2016, com exceção do ano de 2014, e foi em 2012 que apresentou o pior valor. Relativamente ao desemprego, verificou um aumento de 17,9 pontos percentuais entre 2009 e 2013 e apresentou os seus valores mais elevados em 2013 e 2014. Após o período da crise conseguiu diminuir o desemprego, mas ainda sem atingir os valores antecedentes à crise económica.

Tabela 01 - Indicadores macroeconómicos da Grécia

Ano	PIB per capita (US\$)	Crescimento anual (%)	Desemprego (%)
2009	29.710	-4,3	9,6
2010	26.690	-5,5	12,7
2011	25.450	-10,1	17,9
2012	21.915	-7,1	24,4
2013	21.749	-2,7	27,5
2014	21.601	0,7	26,5
2015	18.050	-0,4	24,9
2016	17.885	-0,5	23,5
2017	18.562	1,3	21,5
2018	19.765	1,6	19,3
2019	19.150	1,9	17,3
2020	17.676	-8,2	16,9

Fonte: Banco Mundial.

Itália

Quando a crise europeia começou, a Itália debatia-se há anos com o problema do controlo da dívida pública, devido à dificuldade de reduzir os gastos das administrações locais e dos corpos independentes (di Quirico, 2010; Belvis et al, 2012). Numa fase inicial da crise (2008-2010), optou por uma resposta anti cíclica, de forma a estimular a economia. No entanto, em 2011, passou para uma lógica de medidas de austeridade (Belvis et al, 2012; di Feliciantonio e Aalbers, 2018). As restrições de crédito e as perspetivas pessimistas dissuadiram os consumidores de gastar o seu dinheiro e, desta forma, setores como o imobiliário e a indústria automóvel entraram em colapso, contribuindo para o aumento do desemprego no país (di Quirico, 2010). Como podemos observar na Tabela 2, o PIB per capita decresceu no período compreendido entre 2012 e 2015, tendo registado o valor mais baixo da última década, precisamente, em 2015. Apesar de ter registado uma melhoria a partir de 2016, os

valores do PIB per capita não atingiram os valores prévios à crise. No que concerne ao crescimento anual, a Itália verificou uma grande quebra do ano de 2011 para o ano de 2012, tendo mantido um crescimento negativo até 2014. Já o desemprego atingiu o valor mais elevado em 2014 (12,7%) e nunca recuperou os valores anteriores à crise.

Tabela 2 - Indicadores macroeconómicos da Itália

Ano	PIB per capita (US\$)	Crescimento anual (%)	Desemprego (%)
2009	37.079	-5,3	7,8
2010	36.000	1,7	8,4
2011	38.599	0,7	8,4
2012	35.054	-3,0	10,7
2013	35.550	-1,8	12,2
2014	35.518	0,0	12,7
2015	30.230	0,8	11,9
2016	30.940	1,3	11,7
2017	32.327	1,7	11,2
2018	34.609	0,9	10,6
2019	33.567	0,3	10,0
2020	31.676	-8,9	9,3

Fonte: Banco Mundial.

Portugal

Portugal é confrontado com uma economia estruturalmente débil, com uma taxa de crescimento reduzida, assim como com sérios problemas de competitividade e um fraco setor exportador, quando a crise começa (Silva, 2017: 25). Os fundos europeus que recebeu com a integração europeia haviam sido utilizados em obras públicas que não contribuíram para o aumento da competitividade portuguesa, fazendo aumentar a dívida (Comissão Europeia, 2016). Com a recessão iniciada em 2009, o *rating* da dívida soberana portuguesa e de outras instituições nacionais foi diminuindo (Pinto, 2014). Em 2010, foi aprovado o mais duro orçamento de austeridade em cerca de trinta anos, com o objetivo de reduzir em cinco pontos percentuais o défice estrutural (Lourtie, 2011:89). Esta austeridade assombrou, sobretudo, a função pública, que sofreu uma redução dos salários, assim como viu congeladas as promoções de carreira e as progressões salariais (Lourtie, 2011:89). Em 2011, pediu assistência da Troika, “perdeu a sua soberania e tornou-se um país sob resgate” (Benavente, Queiroz e Aníbal, 2015: 49). Como observável na Tabela 3, o PIB per capita atingiu o seu valor mínimo em 2015, um ano após o término do período de ajuda externa. Até 2014 apresentou taxas de crescimento anual, maioritariamente, negativas, sendo que a partir desse ano foram sempre positivas, não verificando, no entanto, um grande aumento. O desemprego apresentou o seu valor mais elevado em 2013, tendo recuperado desde aí e, inclusive, atingido valores inferiores aos que se verificavam no início da crise.

Tabela 3 - Indicadores macroeconómicos de Portugal

Ano	PIB per capita (US\$)	Crescimento anual (%)	Desemprego (%)
2009	23.059	-3,1	9,4
2010	22.498	1,7	10,8
2011	23.186	-1,7	12,7
2012	20.564	-4,1	15,5
2013	21.647	-0,9	16,2
2014	22.074	0,8	13,9
2015	19.242	1,8	12,4
2016	19.978	2,0	11,1
2017	21.437	3,5	8,9
2018	23.551	2,8	7,0
2019	23.284	2,5	6,5
2020	22.439	-7,6	6,8

Fonte: Banco Mundial.

Espanha

Em Espanha, o crescimento e a criação de emprego, prévios à crise, estavam apoiados em fatores que não prometiam ser duradouros (Éltető, 2011:53), tais como o investimento no setor bancário (Ortega e Peñalosa, 2012: 26). O desenvolvimento da construção e da propriedade estava dependente da concessão de crédito, expondo a indústria bancária à crise nestes setores (Carballo-Cruz, 2011:309). Na fase inicial da crise o governo espanhol optou por recorrer a medidas de estímulo fiscal. No entanto, essas medidas foram demasiado extensivas e provocaram um aumento da dívida pública e um decréscimo da receita fiscal (Éltető, 2011:45). Em 2010 o foco passou para a manutenção da credibilidade e da estabilidade do seu plano e para a redução do seu défice orçamental para 6%, em 2011, e 3%, em 2013. Como se verifica na Tabela 4, o PIB per capita registou o seu valor mais baixo em 2015 e nunca recuperou os valores correspondentes ao período prévio à crise. No que concerne ao crescimento anual, este apresentou valores negativos até 2013 (à exceção de 2010, em que apresentou um valor de 0,2) e não verificou uma tendência crescente até 2019, apontando para uma dificuldade na sua recuperação económica. O desemprego chegou a ser o mais alto da UE (Éltető, 2011: 47), atingindo valores perto dos 30% (26,1%), em 2013.

Tabela 4 - Indicadores macroeconómicos de Espanha

Ano	PIB per capita (US\$)	Crescimento anual (%)	Desemprego (%)
2009	32.042	-3,8	17,9
2010	30.502	0,2	19,9
2011	31.636	-0,8	21,4
2012	28.424	-3,0	24,8
2013	29.059	-1,4	26,1
2014	29.461	1,4	24,4
2015	25.732	3,8	22,1
2016	26.505	3,0	19,6
2017	28.100	3,0	17,2
2018	30.374	2,4	15,3
2019	29.564	2,0	14,1
2020	27.057	-10,8	15,7

Fonte: Banco Mundial.

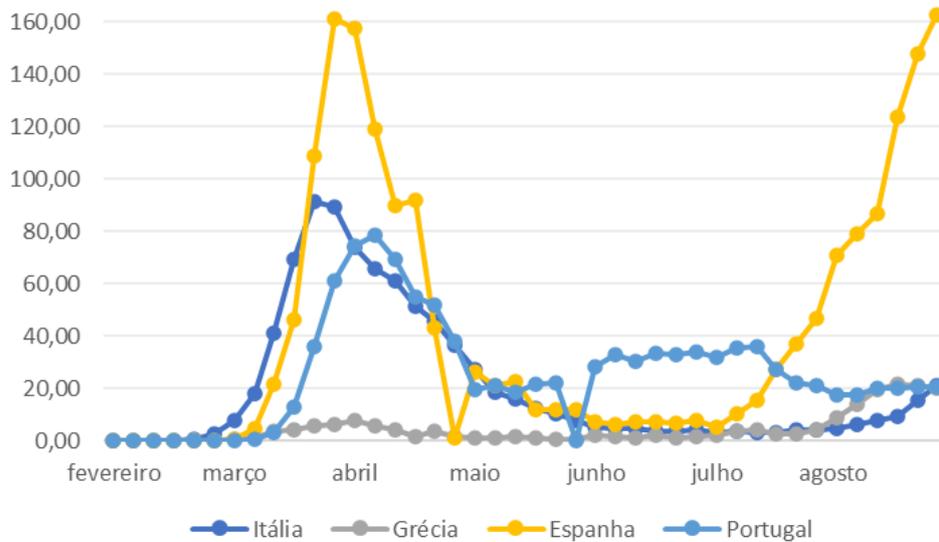
3.2. O contexto pandémico no sul da europa em 2020

Em dezembro de 2019 foi detetado um surto de pneumonia de origem desconhecida em Wuhan, China. Mais tarde, veio-se a verificar que seria um vírus da família SARS-CoV, o qual se designou SARS-CoV-2. A propagação global deste vírus e os milhares de mortes causados pela doença coronavírus (COVID-19) levaram a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar uma pandemia a 12 de março de 2020. Esta crise vitimou milhões de vidas e acarretou grandes repercussões económicas e o aumento da pobreza (Ciotti et al, 2020). Na Europa, o primeiro caso a ser registado foi a 24 de janeiro e rapidamente o vírus se alastrou pelo continente. As fortes reações dos governos europeus à pandemia, através de estratégias que combinam o distanciamento social, testagem massiva e sucessivos confinamentos, desencadearam uma crise económica que se prevê que tenha o dobro da dimensão da crise de 2009 (Bénassy-Quéré e Di Mauro, 2020). Assim, a crise da Covid-19 representa mais um desafio para a unidade europeia e para a moeda única, o Euro.

Como se pode verificar na Figura 3, Espanha e Itália tiveram de enfrentar números mais elevados de casos diários do que Grécia e Portugal. Em março, a Itália contabilizou 91 casos diários⁹ e Espanha registou os números mais elevados de casos em abril e em agosto, com 161 e 162 casos diários, respetivamente. Como referido, Grécia e Portugal foram afetados com menor gravidade, sendo que a Grécia nunca atingiu os 2 casos diários e Portugal tendo apenas atingido 78.

⁹ Por milhão de pessoas.

Figura 3 - Novos casos COVID-19 confirmados diariamente, por milhão de pessoas (2020)

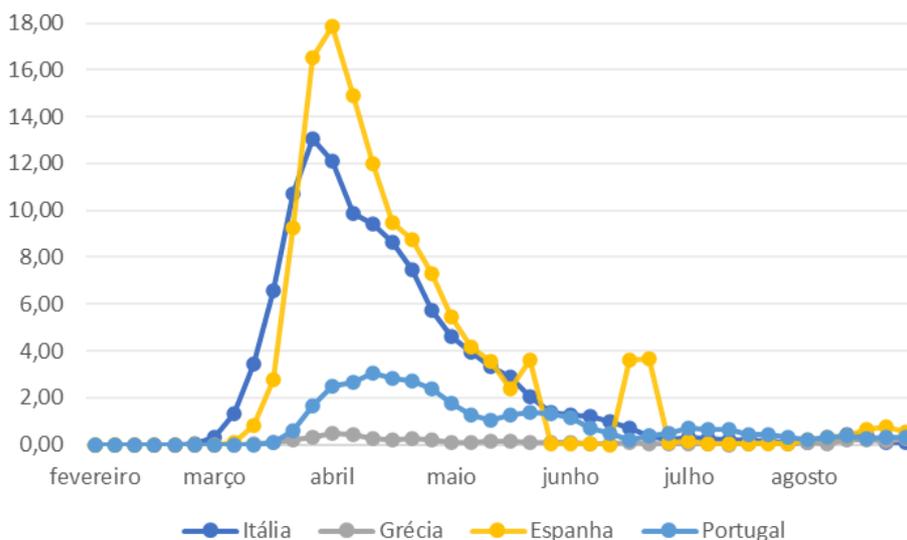


Nota. A amostra é a média de 7 dias.

Fonte: Our World in Data.

Como consequência dos elevados números de casos diários, também a Espanha e a Itália tiveram a lamentar o maior número de óbitos diários. Como observável na Figura 4, a quantidade de óbitos mais elevada registada nestes países foi de 17,8, em Espanha e 13¹⁰, em Itália. Já a Grécia nunca chegou a atingir 1 óbito por cada milhão de pessoa e Portugal registou um máximo de 3. Consegue-se perceber, assim, a maneira desigual com que estes países foram atingidos por esta crise.

Figura 4 - Novas mortes diárias confirmadas por COVID-19, por milhão de pessoas (2020)



Nota. A amostra é a média de 7 dias.

Fonte: Our World in Data.

¹⁰ Por milhão de pessoas

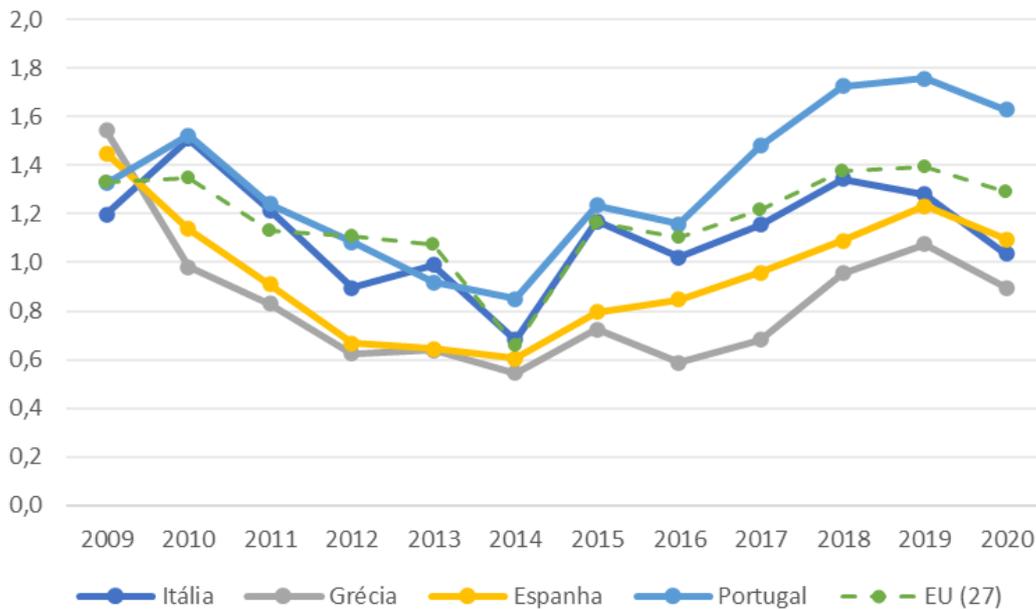
Para além do perigo que a crise pandémica representou para a saúde pública, também a iminência de uma grave crise económica, provocada pela suspensão do funcionamento da indústria e o encerramento de estabelecimentos comerciais, contribuiu para um estado de ansiedade e medo que afetou os cidadãos. Como se pode verificar nas Tabelas 1 a 4 todos os países verificaram um decréscimo do PIB per capita e quedas abruptas do crescimento anual, de 2019 para 2020. Ao nível do desemprego, Espanha foi o único país a registar um aumento. No subcapítulo que se segue apresenta-se a evolução dos níveis de confiança nas instituições europeias, desde o início da crise da zona Euro até à emergência da crise pandémica.

3.3. Evolução dos níveis de confiança nas instituições europeias entre 2009 e 2020

Tanto a crise da zona Euro como a crise pandémica trouxeram repercussões económicas e sociais passíveis de afetar a confiança nas instituições europeias. Neste subcapítulo pretende-se apresentar os diferentes padrões de evolução dos níveis de confiança institucional na UE.

Como podemos verificar (Figura 5), a confiança institucional europeia na Europa do Sul, à exceção de Itália, apresentava valores superiores à média europeia, em 2009. Aquela que era uma zona comumente caracterizada como pró-europeia sofreu uma enorme quebra de confiança nas instituições europeias. O período em que se verificou a quebra mais acentuada foi entre 2010 e 2014, precisamente, os anos correspondentes ao auge das medidas de austeridade. A partir de 2014, começou-se a notar uma melhoria dos indicadores macroeconómicos e ouvia-se, nos meios de comunicação, a possibilidade de já se ter ultrapassado o pico da crise. Assim, a partir desse ano verificou-se uma melhoria dos níveis de confiança institucional na UE. Como podemos verificar também na Figura 5, Portugal é o único país que, a partir de 2014, mantém sempre os níveis de confiança institucional europeia acima da média

Figura 5 - Evolução da confiança institucional europeia



Fonte: Eurobarómetro. Cálculos próprios.

Tal como a crise económica, também a crise pandémica parece ter afetado o nível de confiança dos indivíduos nas instituições políticas europeias. A mais recente pesquisa sobre confiança política em tempos de Covid-19 aponta para a existência do efeito *rally around the flag*, no período imediatamente após a emergência da pandemia (Schraff, 2020; Rump e Zwiener-Collins, 2021:260). No entanto, as instituições europeias não verificaram um aumento dos níveis de confiança dos cidadãos europeus, mas sim o contrário, verificando-se uma quebra de confiança entre 2019 e 2020. Esta evidência vem questionar a existência do efeito *rally around the flag* em torno das instituições europeias.

3.4. Efeito moderador da saliência dos assuntos políticos na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional na UE

Neste subcapítulo reportam-se os resultados obtidos para a validação das hipóteses de investigação. Recordar-se que para esta pesquisa realizaram-se cinco modelos de moderação, dois para o ano de 2014 e três para 2020. Em 2014, a saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro é a variável moderadora e a confiança institucional europeia a variável *outcome*. O que os distingue são as variáveis preditoras que num é a avaliação da economia nacional e no outro é a avaliação da economia europeia. Os outros três modelos são referentes ao ano de 2020 e abordam a saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica, durante a mesma. A variável moderadora, saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica, e a variável *outcome*, confiança institucional europeia, são comuns aos três. As variáveis preditoras de cada um são: a avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica, a avaliação da economia nacional e a avaliação da economia europeia.

Com o intuito de averiguar se a *saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro* interfere no efeito principal entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia* procedeu-se à realização de um modelo de moderação com regressão linear múltipla. Os resultados desta análise, na Tabela 5, permitem concluir que a *avaliação da economia nacional* se encontra positivamente relacionada com a *confiança institucional europeia* ($B = 0,28$, $t = 6,88$ $p < 0,001$, Tabela 5), pelo que se confirma a H1a, como seria de esperar. Relativamente ao efeito de interação, conclui-se que a *saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro* modera, significativamente, a relação entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia* ($B = 0,24$, $t = 4,00$ $p < 0,001$). Por outras palavras, a *saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro* condiciona a relação entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia*.

Tabela 5 - Resultados de regressão para a moderação da *saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro* na relação entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia*

	Outcome: Confiança institucional europeia				R ²
	Coef.	Erro-padrão	t	p	0,05
Avaliação da economia nacional	0,28	0,04	6,88	<0,001	
Saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro	0,09	0,04	2,53	0,01	
Avaliação da economia nacional X Saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro	0,24	0,06	4,00	<0,001	

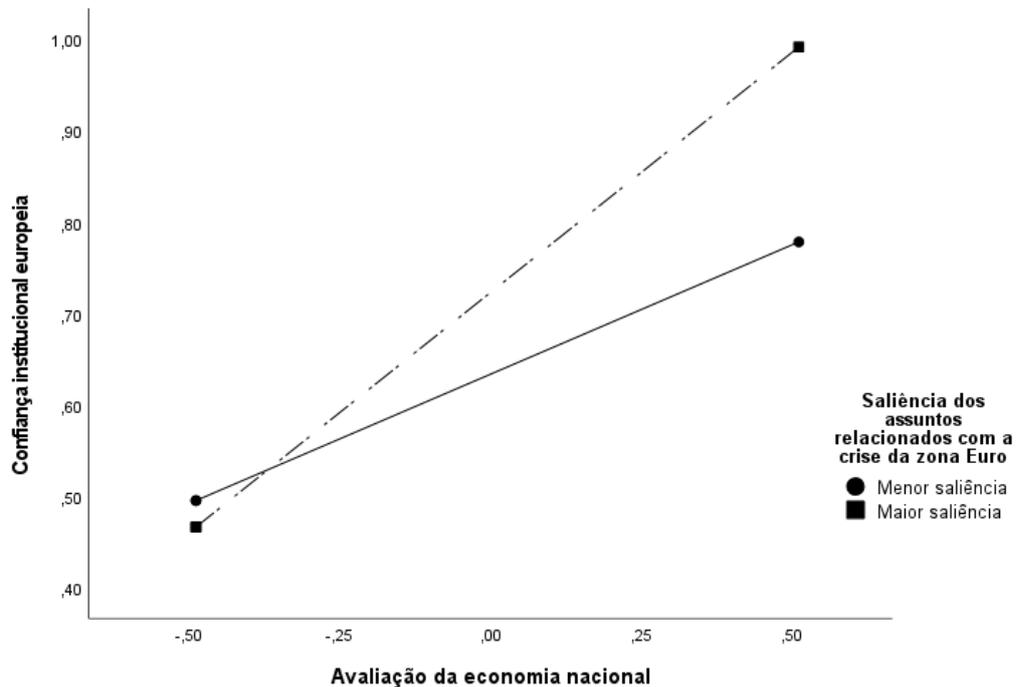
N = 6965. Estão reportados os coeficientes não estandardizados.

Fonte: Eurobarómetro (2020). Cálculos próprios.

Da análise ao efeito de interação (Figura 6), é possível aferir que, para os países com menor *saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro* (Itália e Espanha), a relação entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia* é positiva e significativa ($B = 0,28$, $t = 6,88$, $p < 0,001$). Esta relação também é positiva e significativa, sendo mais intensa, para os países com maior *saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro* ($B = 0,52$, $t = 11,80$, $p < 0,001$)¹¹. Desta forma, a moderadora *reforça* a relação entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia*. Ou seja, em Portugal e na Grécia a relação entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia* é mais intensa do que em Itália e Espanha, confirmando-se a H1b.

¹¹ Ver Anexos: Tabela 4

Figura 6 - Efeito da moderadora saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia



Fonte: Eurobarómetro (2014). Cálculos próprios.

Pretende-se averiguar também se a *saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro* tem o mesmo efeito na relação entre a *avaliação da economia europeia* e a *confiança institucional*. Os resultados permitiram concluir que a *avaliação da economia europeia* se encontra positivamente relacionada com a *confiança institucional europeia* ($B = 0,49$ $t = 12,69$ $p < 0,001$, Tabela 6), confirmando-se a H2a. Relativamente ao efeito de interação, conclui-se que a *saliência dos assuntos relacionados com a zona Euro* modera significativamente a relação entre a *avaliação da economia europeia* e a *confiança institucional europeia* ($B = -0,12$, $t = -2,31$ $p < 0,001$).

Tabela 6 – Resultados de regressão para a moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia

	Outcome: Confiança institucional europeia				R ²
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>	0,07
Avaliação da economia europeia	0,49	0,04	12,69	<0,001	
Saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro	0,05	0,04	1,24	0,21	
Avaliação da economia europeia X Saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro	-0,12	0,05	-2,30	0,02	

N = 6965. Estão reportados os coeficientes não estandardizados.

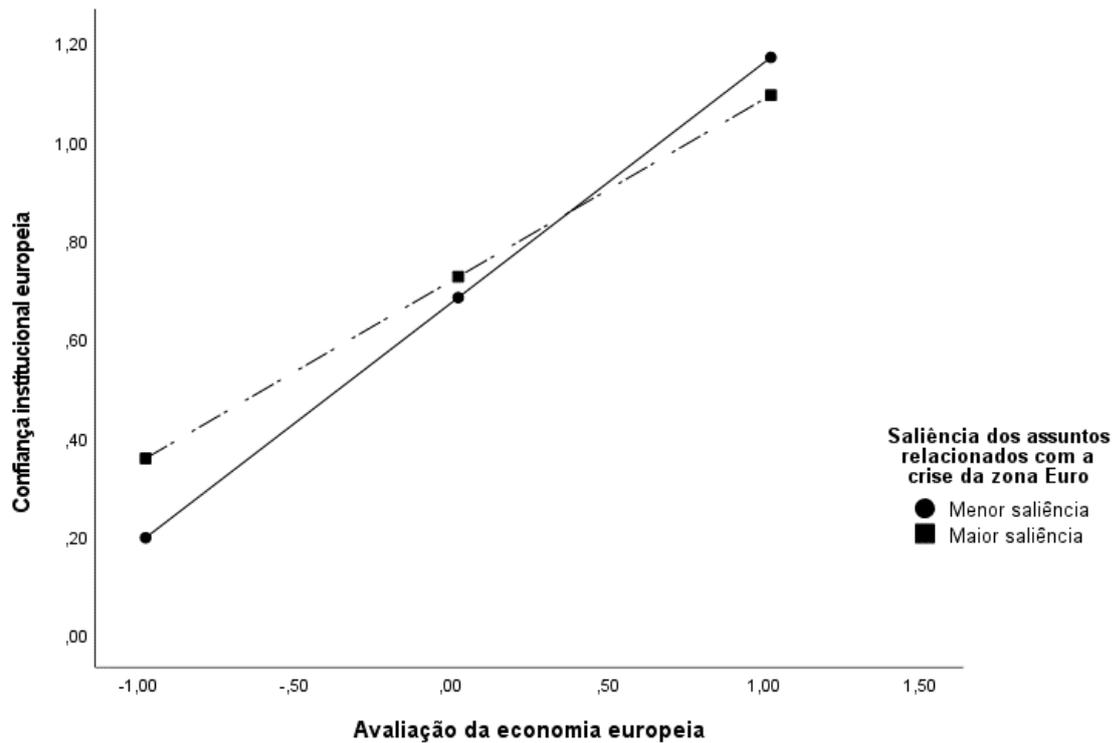
Fonte: Eurobarómetro (2020). Cálculos próprios.

Analisando o gráfico do efeito de interação (Figura 7), é possível aferir que, para os países com menor saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro (Itália e Espanha), a relação entre a *avaliação da economia europeia* e a *confiança institucional europeia*, é positiva e significativa ($B = 0,49$ $t = 12,69$, $p < 0,001$). Esta relação também é positiva e significativa, mas menos intensa, para os países com maior saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro ($B = 0,37$, $t = 10,77$, $p < 0,001$)¹². Desta forma, a moderadora *enfraquece* a relação entre a *avaliação da economia europeia* e a *confiança institucional europeia*, ou seja, em Itália e Espanha a relação entre a *avaliação da economia europeia* e a *confiança institucional europeia* é mais intensa do que em Portugal e Grécia. Perante estes resultados a hipótese 2b é apenas *parcialmente confirmada*, uma vez que a saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro modera a relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia, mas não a reforça.

Convém lembrar que a maneira como se operacionalizou a variável *saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro* poderá condicionar os resultados. Isto é, os resultados aqui obtidos sugerem que, nos países mais afetados por uma crise económica, as avaliações da economia nacional se reforçam na explicação da confiança institucional europeia e as avaliações da economia europeia enfraquecem. Porém, será que o mesmo se verifica se considerarmos a importância que cada indivíduo confere aos assuntos económicos? Os resultados poderão diferir.

¹² Ver Anexos: Tabela 6.

Figura 7 - Efeito da moderadora saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia



Fonte: Eurobarómetro (2014). Cálculos próprios.

Na análise da *saliência dos assuntos relativos à crise pandémica* como moderadora da relação entre a *avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica* e a *confiança institucional europeia* conclui-se que o efeito principal da *avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica* está positiva e significativamente relacionada com a *confiança institucional europeia* ($B = 0,76$, $t = 20,61$, $p < 0,001$, Tabela 7). No entanto, não existe moderação da saliência da crise pandémica nesta relação ($B = 0,02$, $t = 0,40$, $p > 0,05$). Assim, confirma-se a hipótese 3a, mas não se confirma a hipótese 3b. Por outras palavras, a *avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica* ajuda a explicar a *confiança institucional europeia*, em 2020, porém a *saliência dos assuntos relativos à crise pandémica* não condiciona essa relação.

Tabela 7 - Resultados de regressão para a moderação da saliência dos assuntos relativos à crise pandémica na relação entre a avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica e a confiança institucional europeia

	Outcome: Confiança institucional europeia				R ²
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>	0,20
Avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica	0,76	0,04	20,61	<0,001	
Saliência dos assuntos relativos à crise pandémica	-0,08	0,13	-0,62	0,53	
Avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica X Saliência dos assuntos relativos à crise pandémica	0,02	0,05	0,40	0,69	

N = 6965. Estão reportados os coeficientes não estandardizados.

Fonte: Eurobarómetro (2020). Cálculos próprios.

Na relação entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia*, verifica-se um efeito positivo e significativo ($B = 0,63$, $t = 13,21$, $p < 0,001$, Tabela 8), confirmando-se a H4a. Relativamente ao efeito de moderação, conclui-se que a *saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica* modera significativamente a relação entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia* ($B = -0,20$, $t = -3,06$, $p < 0,001$).

Tabela 8 - Resultados de regressão para a moderação da saliência dos assuntos relativos à crise pandémica na relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia

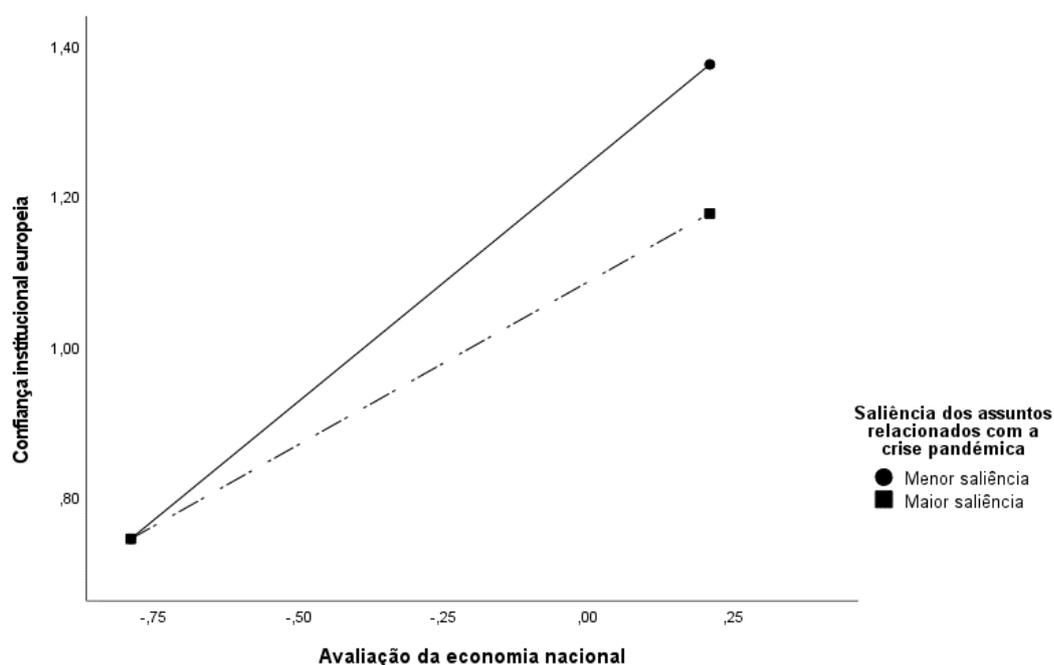
	Outcome: Confiança institucional europeia				R ²
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>	0,07
Avaliação da economia nacional	0,63	0,05	13,21	<0,001	
Saliência dos assuntos relativos à crise pandémica	-0,16	0,04	-3,79	<0,001	
Avaliação da economia nacional X Saliência dos assuntos relativos à crise pandémica	-0,20	0,06	-3,06	0,002	

N = 6965. Estão reportados os coeficientes não estandardizados.

Fonte: Eurobarómetro (2020). Cálculos próprios.

Analisando o gráfico do efeito de interação (Figura 8), é possível aferir que, nos países com *menor* saliência dos assuntos relativos à crise pandémica (Portugal e Grécia), a relação entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia* é positiva e significativa ($B = 0,63, t = 13,21, p < 0,001$). Esta relação também é positiva e significativa, mas menos intensa, para os países com *maior* saliência dos assuntos relativos à crise pandémica ($B = 0,43, t = 9,87, p < 0,001$)¹³. Desta forma, a moderadora faz com que a relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia seja menos intensa. Isto é, em Portugal e na Grécia a relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia é mais intensa do que em Itália e Espanha. Perante estes resultados, conclui-se que a hipótese 4b é apenas *parcialmente confirmada*, uma vez que a *saliência dos assuntos relativos à crise pandémica* modera a relação entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia*, mas não a reforça.

Figura 8 - Efeito da moderadora saliência dos assuntos relativos à crise pandémica na relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia



Fonte: Eurobarómetro (2020). Cálculos próprios.

Por último, aferiu-se sobre o efeito principal da avaliação da economia europeia na confiança institucional europeia, o qual se revelaria positivo e significativo ($B = 0,44, t = 9,76, p < 0,001$, Tabela 9). Os resultados permitiram ainda concluir que a *saliência dos assuntos relacionados com a*

¹³ Ver Anexos: Tabela 9.

crise pandémica modera significativamente a relação entre a *avaliação da economia europeia* e a *confiança institucional europeia* ($B = 0,16$, $t = 2,66$, $p < 0,001$), pelo que a H5a é corroborada.

Tabela 9 - Resultados de regressão para a moderação da saliência dos assuntos relativos à crise pandémica na relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia

	Outcome: Confiança institucional europeia				R ²
	Coef.	Erro-padrão	<i>t</i>	<i>p</i>	0,08
Avaliação da economia europeia	0,44	0,04	9,76	<0,001	
Saliência dos assuntos relativos à crise pandémica	-0,08	0,04	-1,79	0,07	
Avaliação da economia europeia X Saliência dos assuntos relativos à crise pandémica	0,16	0,06	2,66	0,008	

N = 6965. Estão reportados os coeficientes não estandardizados.

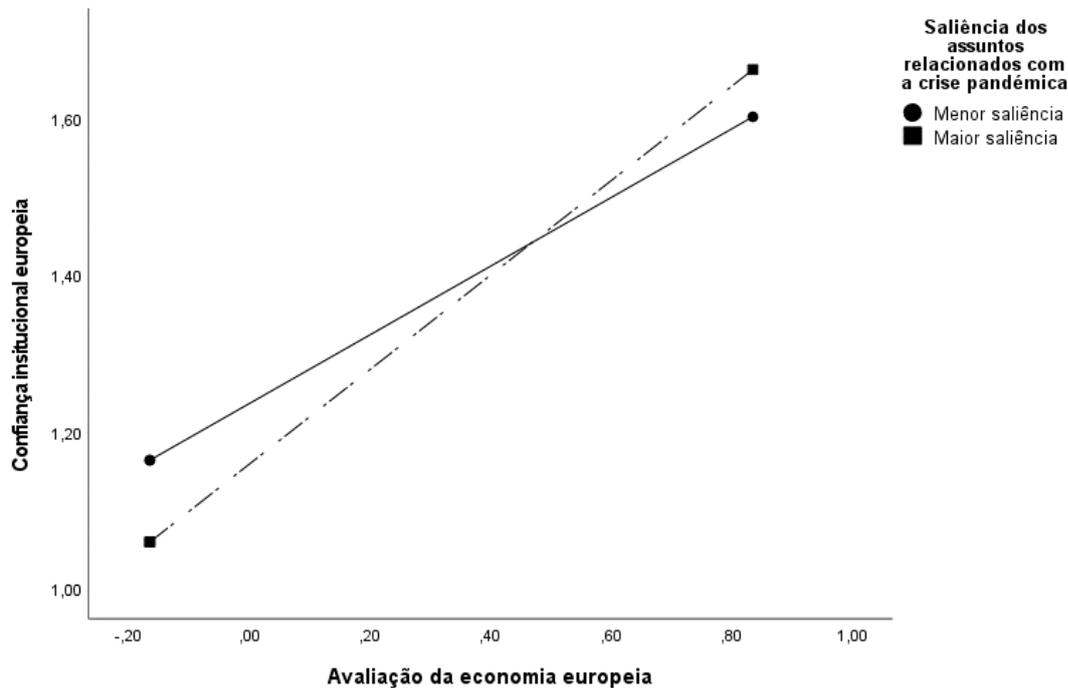
Fonte: Eurobarómetro (2020). Cálculos próprios.

A Figura 9 mostra que, para os países com *menor* saliência dos assuntos relativos à crise pandémica (Portugal e Grécia), a relação entre a *avaliação da economia nacional* e a *confiança institucional europeia*, é positiva e significativa ($B = 0,44$, $t = 9,76$, $p < 0,001$). Esta relação também é positiva e significativa, mas mais intensa, para os países com *maior* saliência dos assuntos relativos à crise pandémica ($B = 0,60$, $t = 14,09$, $p < 0,001$)¹⁴. Desta forma, a moderadora reforça a relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia. Ou seja, em Itália e Espanha a relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia é mais intensa do que em Portugal e Espanha. Estes resultados permitem confirmar também a hipótese 5b.

Mais uma vez, convém lembrar a forma como foi medida a saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica. Não foi tida em consideração a importância que cada indivíduo confere a estes assuntos, pelo que os resultados poderão diferir.

¹⁴ Ver Anexos: Tabela 11.

Figura 9 - Efeito da moderadora saliência dos assuntos relativos à crise pandémica na relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia



Fonte: Eurobarómetro (2020). Cálculos próprios.

Em suma, estes resultados permitem-nos confirmar que a saliência dos assuntos políticos, potenciada por crises, condiciona a relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia. Adicionalmente, estes resultados demonstram que a confiança institucional europeia é de natureza avaliativa e que, mesmo durante a crise pandémica, essas avaliações tiveram preponderância sobre mecanismos emocionais.

3.5. Discussão dos Resultados

Os resultados apresentados no subcapítulo anterior suportam o principal argumento teórico desta dissertação. A saliência dos assuntos políticos *condiciona* a relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia. No entanto, a forma como a saliência modera o efeito principal não é homogénea.

A literatura sobre os fatores explicativos da confiança institucional europeia evidencia dois aspetos que, nesta dissertação, consideramos essenciais. O primeiro é que a confiança política é uma consequência da avaliação da performance institucional (Mishler e Rose, 2001), ou seja, é de natureza avaliativa e racional (Scharpf, 2003). O segundo é que a avaliação da performance económica é aquela a que os cidadãos dão maior importância no momento de avaliar se confiam nas instituições europeias (Van Erkel e Van der Meer, 2016; van der Meer, 2017; Foster e Frieden, 2017). Com a recente crise pandémica, veio-se questionar essa natureza racional da confiança institucional, no momento

imediatamente a seguir ao começo da mesma, sugerindo a literatura que houve um aumento geral da confiança nas instituições, fruto de mecanismos psicológicos e emotivos, conhecido por *rally-around-the-flag* (Esaiasson et al, 2020; Schraff, 2020; Johansson et al, 2021). Ao constatar que esse aumento de confiança não se verificou nas instituições europeias (Figura 5), pretendeu-se confirmar que a confiança é avaliativa e racional, mesmo durante a crise pandémica. A confirmação das hipóteses H1a, H2a, H4a e H5a é congruente com a literatura existente que aponta para que as avaliações da economia expliquem a confiança nas instituições europeias (pex. Braun e Tausendpfund, 2014; Foster e Frieden, 2017). Adicionalmente, a verificação das hipóteses H3a, H4a e H5a sugere que o efeito *rally-around-the-flag* possa não ter sido dominante e que tenha coexistido com outros fatores explicativos de natureza cognitiva, como é o caso da avaliação da performance na resposta à crise pandémica e as avaliações da economia. Assim, confirmamos que a confiança institucional manteve, em todos os contextos, uma natureza avaliativa.

Os resultados desta dissertação contribuem para colmatar uma lacuna existente na análise sobre a relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia, que tem descurado o facto de ser pouco provável os cidadãos responsabilizarem as autoridades políticas por assuntos pelos quais não se interessam (Blok, 2021:3). O argumento principal apoiou-se no contributo de Hetherington e Rudolph (2008), de que a ocorrência de crises aumenta a saliência dos assuntos políticos relacionados com as mesmas e, por sua vez, os cidadãos dão maior importância a esses assuntos no momento de avaliar se confiam nas instituições. A análise realizada corroborou as hipóteses H1b e H5b. Podemos retirar daqui que, nos países mais afetados pela crise da zona Euro (Portugal e Grécia), a relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia é *mais forte* do que nos países menos afetados (Itália e Espanha). Por sua vez, nos países mais afetados pela crise pandémica (Itália e Espanha), a relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia é *mais forte* do que nos países menos afetados (Portugal e Grécia). Isto é, a saliência dos assuntos relativos às crises, medidos mediante a severidade que as mesmas tiveram a nível nacional, aparenta ser um importante fator moderador das avaliações de desempenho que os indivíduos fazem das instituições políticas.

Verificou-se, igualmente, que a saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro também *modera* a relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia, porém *não a reforça*, como seria de esperar (H2b). O facto de a saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro enfraquecer esta relação poderá dever-se ao facto de os cidadãos dos países mais afetados pela crise da zona Euro atribuírem maior importância à avaliação da sua economia nacional, não dando tanta importância à avaliação da economia europeia, no momento de avaliar se confiam nas instituições europeias. Por sua vez, na relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia também a saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica

tem um efeito moderador, tornando essa relação *mais fraca* (H4b). Esta hipótese ter sido parcialmente confirmada poderá significar que os cidadãos dos países mais afetados pela crise pandémica, ao reconhecerem a necessidade de um grande investimento e aumento do gasto público na resposta à crise para uma resposta eficaz, deram menos importância à avaliação da economia nacional por aceitarem que uma má performance económica nacional era um mal menor, num contexto de crise pandémica. Por isso, as hipóteses H2b e H4b foram também suportadas, mas apenas *parcialmente*.

A única hipótese desta investigação não verificada foi a H3b, mostrando não haver moderação da saliência dos assuntos relativos à crise pandémica na relação entre a avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica e a confiança institucional europeia. A não verificação desta hipótese poderá significar que não houve diferenciação entre países mais e menos afetados. Ou seja, é provável que os cidadãos de todos os países tenham atribuído igual importância à avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica, algo que parece justificável pela vontade geral de uma resposta eficaz, potenciada pelos sentimentos de medo e ansiedade (Schraff, 2020), tanto nos países mais afetados, como nos países menos afetados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo comparado da evolução da confiança política tem concluído que não existe um padrão único universal que explique o comportamento da confiança política nos diferentes países (Newton, 1999). Por se verificar que o estudo das determinantes da confiança institucional europeia tem sido descurado, considerou-se pertinente averiguar até que ponto a saliência dos assuntos políticos condiciona a confiança institucional europeia. Assim, surgiu a questão de partida “*em que medida a saliência dos assuntos políticos condiciona a relação entre as avaliações performativas e a confiança nas instituições europeias?*”. Para responder a esta pergunta, esta dissertação segue o argumento de Hetherington e Rudolph (2008) que evidencia o papel da saliência dos assuntos políticos no momento de os cidadãos decidirem se confiam nas instituições. Segundo estes, a ocorrência de crises aumenta a saliência política assuntos relativos a essas mesmas crises e, por sua vez, os indivíduos atribuem maior importância a esses assuntos no momento de avaliar se confiam ou não nas instituições. Com a discussão teórica realizada em torno do conceito de confiança política institucional, optou-se por excluir a abordagem cultural, focando-se apenas em fatores de curto prazo. Esta decisão é tomada pela fraca evidência de que os fatores culturais têm influência na confiança nas instituições europeias e porque, estando a estudar crises, é mais pertinente olhar para os fatores de curto prazo que são afetados por elas. Para responder a essa questão, visava-se concretizar o objetivo de averiguar o papel moderador da saliência dos assuntos políticos na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia. Mais concretamente, da saliência dos assuntos relativos à crise da zona Euro entre as avaliações sociotrópicas (nacional e europeia) e a confiança institucional europeia,

em 2014, e da saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica na relação entre as avaliações sociotrópicas (nacional e europeia) e da avaliação performativa das instituições na resposta à crise com a confiança institucional europeia, em 2020. Assim, considerando a natureza avaliativa e racional da confiança política, realizaram-se cinco modelos de moderação para responder à pergunta inicial.

Apesar do foco deste estudo ser a importância da saliência política enquanto fator moderador da relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia, os resultados obtidos trazem também contributos importantes para corroborar literatura já existente, no que concerne a natureza avaliativa da confiança institucional europeia. Assim, confirma-se que a confiança institucional europeia mantém, em todas as ocasiões, a sua natureza avaliativa e racional, mostrando que esta é indissociável da avaliação do desempenho institucional e que as pessoas não são indiferentes ao que se passa além das fronteiras nacionais (Torcal, 2014). Desta forma, esta investigação vem também contribuir para a literatura sobre a confiança política durante a crise pandémica da Covid-19, constatando que não houve preponderância do efeito *rally-around-the-flag* em torno das instituições europeias, uma vez que as avaliações performativas continuaram a ter peso na explicação da confiança institucional europeia. Ao mesmo tempo, e principalmente, confirmamos o nosso argumento principal sobre a saliência dos assuntos políticos, potenciada pela ocorrência de crises, condicionar a relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia. Desta forma, verificamos que a relação entre as avaliações performativas e a confiança política não é constante, podendo a sua importância explicativa variar entre países, indivíduos e entre momentos temporais (Magalhães, 2014).

Concluindo, esta dissertação apoia a abordagem institucional que trata a confiança política institucional como sendo dependente da performance institucional (Mishler e Rose, 2001). Assim, o desempenho, principalmente o económico, e a confiabilidade das instituições são os principais fatores explicativos da confiança depositada nelas (Levi e Stoker, 2000; Miller e Listhaug, 1999). Adicionalmente, contribui para a literatura sobre as determinantes da confiança institucional europeia com um dado novo: a saliência dos assuntos políticos influencia a relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia (Hetherington e Rudolph, 2008). Em suma, os resultados obtidos são consistentes com a literatura prévia e permitem, ainda, avançar no conhecimento dos mecanismos que explicam a confiança nas instituições europeias. Esta pesquisa concluiu sobre a influência da saliência dos assuntos políticos na relação entre as avaliações performativas e a confiança institucional europeia, mas não aprofundou a forma como o faz. Isto é, em certos contextos a saliência dos assuntos políticos reforçou a relação e noutras enfraqueceu-a. Desta forma, será pertinente que investigações futuras aprofundem a análise aqui feita, de forma a perceber o efeito que a moderadora “saliência dos assuntos políticos” tem na relação entre avaliações

performativas e confiança institucional europeia. O facto de a saliência dos assuntos políticos ter sido medida consoante o impacto de cada crise nos países, a nível marco, é um fator que tem influência na pesquisa. Isto é, se se tivesse considerado a importância que cada indivíduo dá aos assuntos, a nível micro, os resultados obtidos poderiam ter sido diferentes. Com isto pretende-se suscitar o interesse de investigações futuras realizarem este tipo de análise, tendo em consideração a importância que cada indivíduo dá aos assuntos e verificar se os resultados se mantêm.

Referências

- Accornero, G., & Pinto, P. R. (2015). Brandos costumes? Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013. *Estudos Ibero-Americanos*, 41(2), 393–421. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2015.2.21366>
- Albano, G. (2018). AUSTERIDADE, PRECARIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA PAISAGEM EUROPEIA. *Revista GeoSertões*, 3(5), 73–95.
- Almond, G. A., & Verba, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Sage Publications. <https://doi.org/10.4324/9780429497506>
- Andersen, C. J., & Tverdova, Y. V. (2003). Corruption, Political Allegiances, and Attitudes Toward Government in Contemporary Democracies. *American Journal of Political Science*, 47(1), 91–109. <https://doi.org/10.1111/1540-5907.00007>
- Anderson, C. J. (1998). When IN DOUBT, USE PROXIES: Attitudes Toward Domestic Politics and Support for European Integration. *COMPAR*, 31(5), 569–601.
- Armington, K., & Ceka, B. (2013). The loss of trust in the European Union during the great recession since 2007: The role of heuristics from the national political system. *European Union Politics*, 15(1), 82–107. <https://doi.org/10.1177/1465116513495595>
- Armington, K., & Guthmann, K. (2014). Democracy in crisis? The declining support for national democracy in European countries, 2007-2011. *European Journal of Political Research*, 53(3), 423–442. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12046>
- Armington, K., Guthmann, K., & Weisstanner, D. (2015). How the Euro divides the union: The effect of economic adjustment on support for democracy in Europe. *Socio-Economic Review*, 14(1), 1–26. <https://doi.org/10.1093/ser/mwv028>
- Baier, A. (2014). Trust and antitrust. *The University of Chicago*, 96(2), 231–260. <https://doi.org/10.4324/9780203705841-44>
- Bauer, P. (2017). Conceptualizing Trust and Trustworthiness. *Ssrn*, 2012(February), 1–28. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2325989>
- Bavel, J. J. V., Baicker, K., Boggio, P. S., Capraro, V., Cichocka, A., Cikara, M., Crockett, M. J., Crum, A. J., Douglas, K. M., Druckman, J. N., Drury, J., Dube, O., Ellemers, N., Finkel, E. J., Fowler, J. H., Gelfand, M., Han, S., Haslam, S. A., Jetten, J., ... Willer, R. (2020). Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response. *Nature Human Behaviour*, 4(5), 460–471. <https://doi.org/10.1038/s41562-020-0884-z>
- Benavente, A., Queiroz, S., & Aníbal, G. (2015). Crise, Austeridade e Educação em Portugal (2011-2014). *Investigar Em Educação*, 2(3), 49–62.
- Belchior, A. M., (2015). *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: *Fundação Francisco Manuel dos Santos*.
- Belchior, A. M., Teixeira, P. T., (2021). Determinants of political trust during the early months of the

- COVID-19 pandemic: Putting policy performance into evidence. *Political Studies Review* (no prelo)
- Belvis, A. G., Ferrè, F., Specchia, M. L., Valerio, L., Fattore, G., & Ricciardi, W. (2012). The financial crisis in Italy: Implications for the healthcare sector. *Health Policy*, *106*, 10–16. <https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2012.04.003>
- Bénassy-Quéré, A., Di Mauro, B. W. (2020). Europe in the Time of Covid-19. *HAL-SHS*
- Benz, A. (2006). Policy-making and accountability in EU multilevel governance. In *Governance and Democracy: Comparing national, European and internacional experiences* (p. 272). <http://www.amazon.com/Governance-Democracy-Comparing-International-Experiences/dp/0415459974>
- Blyth, M. (2017). AUSTERIDADE: A história de uma ideia perigosa. *Autonomia Literária*
- Brack, N., & Startin, N. (2015). Introduction: Euroscepticism, from the margins to the mainstream. *International Political Science Review*, *36*(3), 239–249. <https://doi.org/10.1177/0192512115577231>
- Braun, D., & Tausendpfund, M. (2014). The Impact of the Euro Crisis on Citizens' Support for the European Union. *Journal of European Integration*, *36*(3), 231–245. <https://doi.org/10.1080/07036337.2014.885751>
- Bresser-Pereira, L. (2009). A crise financeira de 2008. *Revista de Economia Política*, *29*(1), 133–149.
- Cameron, B. (2014). Spain in crisis: 15-M and the culture of indignation. *Journal of Spanish Cultural Studies*, *15*(1–2), 1–11. <https://doi.org/10.1080/14636204.2014.1002601>
- Carballo-Cruz, F. (2011). Causes and consequences of the Spanish economic crisis: Why the recovery is taken so long? *Panoeconomicus*, *3*, 309–328. <https://doi.org/10.2298/PAN1103309C>
- Carlin, R. E., Love, G. J., & Zechmeister, E. J. (2014). Natural Disaster and Democratic Legitimacy: The Public Opinion Consequences of Chile's 2010 Earthquake and Tsunami. *Political Research Quarterly*, *67*(1), 3–15. <https://doi.org/10.1177/1065912913495592>
- Ciotti, M., Ciccozzi, M., Terrinoni, A., Jiang, W. C., Wang, C. Bin, & Bernardini, S. (2020). The COVID-19 pandemic. *Critical Reviews in Clinical Laboratory Sciences*, *57*(6), 365–388. <https://doi.org/10.1080/10408363.2020.1783198>
- Comissão Europeia. (2016). *Ex post Evaluation of the Economic Adjustment Programme* (Institutional Paper 040) <https://doi.org/10.2765/094591> (?)
- Colen, C. M. L. (2010). As covariantes da confiança política na América Latina. *Opinio Publica*, *16*(1), 1–27. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000100001>
- Conceição, E. (2016). *O Futuro da União Europeia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Dalton, R. J. (2004). *Democratic Challenges - Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies* (Vol. 4, Issue 3). Oxford University Press.

- Devine, D., Gaskell, J., Jennings, W., & Stoker, G. (2021). Trust and the Coronavirus Pandemic: What are the Consequences of and for Trust? An Early Review of the Literature. *Political Studies Review*, 19(2), 274–285. <https://doi.org/10.1177/1478929920948684>
- de Blok, L. (2021). Who Cares? Issue salience and the heterogeneity in citizens' approaches to political trust. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3777058>
- Di Feliciantonio, C., Aalbers, M. B. (2018). The Prehistories of Neoliberal Housing Policies in Italy and Spain and Their Reification in Times of Crisis. *Housing Policy Debate*, 28(1), 135–151. <https://doi.org/10.1080/10511482.2016.1276468>
- Di Quirico, R. (2010). Italy and the global economic crisis. *Bulletin of Italian Politics*, 2(2), 3–19.
- Drakos, K., Kallandranis, C., & Karidis, S. (2019). Determinants of Trust in Institutions in Times of Crisis: Survey-Based Evidence from the European Union. *Journal of Common Market Studies*, 57(6), 1228–1246. <https://doi.org/10.1111/jcms.12884>
- Eatwell, R., Goodwin, M. (2019), *Populismo, A Revolta Contra a Democracia Liberal*, Porto Salvo, Desassosego.
- Easton, D. (1975). A Re-Assessment of the Concept of Political Support. *British Journal of Political Science*, 5(4), 435–457. <https://doi.org/10.1017/S0007123400008309>
- Éltető, A. (2011). The economic crisis and its management in Spain. *Eastern Journal of European Studies*, 2(1), 41–55.
- Esaiasson, P., Sohlberg, J., Ghersetti, M., & Johansson, B. (2020). How the coronavirus crisis affects citizen trust in institutions and in unknown others: Evidence from 'the Swedish experiment.' *European Journal of Political Research*, 1–13. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12419>
- Eulau, H., & Lewis-Beck, M. S. (1985). Economic conditions and Electoral Outcomes: The United States and Western Europe. *Agathon Press*. <https://doi.org/10.1002/hec.3849>
- Faulkner, N., Martin, A., & Peyton, K. (2015). Priming political trust: Evidence from an experiment. *Australian Journal of Political Science*, 50(1), 164–173. <https://doi.org/10.1080/10361146.2014.979759>
- Fernandes, T. (2019). Cultura Política E Democracia. In *Cultura Política E Democracia*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://doi.org/10.24824/978659902388.0>
- Fernandes, T., Santana-Pereira, J., Cancela, J., & Sanches, E. R. (2019). Instituições e qualidade da democracia: Cultura política na Europa do Sul. *Fundação Francisco Manuel Dos Santos*.
- Flesher Fominaya, C. (2017). European anti-austerity and pro-democracy protests in the wake of the global financial crisis. *Social Movement Studies*, 16(1), 1–20. <https://doi.org/10.1080/14742837.2016.1256193>
- Follesdal, A., & Hix, S. (2006). Why there is a democratic deficit in the EU: A response to majone and moravcsik. *Journal of Common Market Studies*, 44(3), 533–562. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2006.00650.x>

- Foster, C., & Frieden, J. (2017). Crisis of trust: Socio-economic determinants of Europeans' confidence in government. *European Union Politics*, 18(4), 511–535. <https://doi.org/10.1177/1465116517723499>
- Friedman, M. (1977). The Threat to Freedom in the Welfare State. *Business and Society Review*, 21.
- Gailmard, S. (2012). Accountability and Principal–Agent Theory. *The Oxford Handbook of Public Accountability*. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199641253.013.0016>
- Hardin, R. (1993). The Street-Level Epistemology of Trust. *Politics & Society*, 21(4), 505–529.
- Hardin, R. (2002). Trust and Trustworthiness. In Russell Sage Foundation Series on Trust: Vol. IV.
- Hayek, F. A. (1945). Hayek - Use of Knowledge - AER 1945.pdf. *The American Economic Review*, 35(4).
- Hayes, A. F. (2018). Introduction to Mediation: A Regression-Based Approach. *Guilford Press*.
- Harlow, C. (2008). Pushing the EU to democratic Accountability. In Kohler-Koch & F. Larat (Eds.), *Efficient and Democratic Governance in the European Union*.
- Hetherington, M. J. (1998). The Political Relevance of Political Trust. *American Political Science Review*, 92(4). <https://doi.org/10.1007/BF00245123>
- Hetherington, M. J., & Husser, J. A. (2012). How Trust Matters: The Changing Political Relevance of Political Trust. *American Journal of Political Science*, 56(2), 312–325. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2011.00548.x>
- Hetherington, M. J., & Rudolph, T. J. (2008). Priming, performance, and the dynamics of political trust. *Journal of Politics*, 70(2), 498–512. <https://doi.org/10.1017/S0022381608080468>
- Hooghe, L., & Marks, G. (2007). Sources of euroscepticism. *Acta Politica*, 42(2–3), 119–127. <https://doi.org/10.1057/palgrave.ap.5500192>
- Hooghe, M., Marien, S., & de Vroome, T. (2012). The cognitive basis of trust. The relation between education, cognitive ability, and generalized and political trust. *Intelligence*, 40(6), 604–613. <https://doi.org/10.1016/j.intell.2012.08.006>
- Inglehart, R. (1971). The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies. *American Political Science Review*, 65(4), 991–1017. <https://doi.org/10.2307/1953494>
- Johansson, B., Hopmann, D. N., & Shehata, A. (2021). When the rally-around-the-flag effect disappears, or: when the COVID-19 pandemic becomes “normalized.” *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 31(S1), 321–334. <https://doi.org/10.1080/17457289.2021.1924742>
- Jordan, A. (2001). The European Union: An evolving system of multi-level governance ... or government? *Policy and Politics*, 29(2), 193–208. <https://doi.org/10.1332/0305573012501305>
- Kaase, M. (1999). Interpersonal trust, political trust and non-institutionalised political participation in Western Europe. *West European Politics*, 22(3), 1–21. <https://doi.org/10.1080/01402389908425313>

- Kaltenthaler, K., Anderson, C. J., & Miller, W. J. (2010). Accountability and independent central banks: Europeans and distrust of the European Central Bank. *Journal of Common Market Studies*, 48(5), 1261–1281. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2010.02112.x>
- Kriegmair, L., Rittberger, B., Zangl, B., & Heinkelmann-Wild, T. (2021). Dolce far niente? Non-compliance and blame avoidance in the EU. *West European Politics*. <https://doi.org/10.1080/01402382.2021.1909938>
- Levi, M., & Stoker, L. (2000). Political Trust and Trustworthiness. *Annual Review of Political Science*, 3, 475–507.
- Lewis-beck, M. S., & Stegmaier, M. (2000). Economic Determinants of Electoral Outcomes. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 3, 183–219.
- Lisi, M., & Tsatsanis, E. (2020). Southern Europe and the Eurozone Crisis: Political representation, party system characteristics and the impact of austerity. *Political Representation in Southern Europe and Latin America: Before and After the Great Recession and the Commodity Crisis*, 2019(November 2017), 17–33.
- Listhaug, O., & Ringdal, K. (2008). Trust in political institutions. In H. Ervasti, T. Fridberg, M. Hjerm, & K. Ringdal (Eds.), *NORDIC SOCIAL ATTITUDES IN A EUROPEAN PERSPECTIVE* (pp. 131–151).
- Lourtie, P. (2011). Portugal no contexto da crise do euro. *Relações Internacionais (R:I)*, 32, 061–105.
- Magalhães, P. (2005). Disaffected democrats: Political attitudes and political action in Portugal. *West European Politics*, 28(5), 973–991. <https://doi.org/10.1080/01402380500310626>
- Magalhães, P. C. (2014). Government effectiveness and support for democracy. *European Journal of Political Research*, 53(1), 77–97. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12024>
- Marien, S., & Hooghe, M. (2011). Does political trust matter? An empirical investigation into the relation between political trust and support for law compliance. *European Journal of Political Research*, 50, 267–291. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2010.01930.x>
- Miller, A. H., & Listhaug, O. (1998). Policy preferences and political distrust: A comparison of Norway, Sweden and the United States. *Scandinavian Political Studies*, 21(2), 161–187. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.1998.tb00010.x>
- Mishler, W., & Rose, R. (2001). WHAT ARE THE ORIGINS OF POLITICAL TRUST? Testing Institutional and Cultural Theories in Post-Communist Societies. *Comparative Political Studies*, 34(1), 30–62.
- Moisés, J. (2005). Cidadania, confiança e instituições democráticas.
- Mouffe, C. (1991). Democratic citizenship and the political community. *Community at Loose Ends*, 70–82. [http://uciteljneznaica.org/upload/ebook/110_Democratic Citizenship and the Political Community - Chantal Mouffe.pdf](http://uciteljneznaica.org/upload/ebook/110_Democratic%20Citizenship%20and%20the%20Political%20Community%20-%20Chantal%20Mouffe.pdf)
- Muñoz, J. (2017). Political trust and multilevel government. In S. Zmerli & T. W. G. van der Meer (Eds.), *Handbook on Political Trust* (pp. 69–88). <https://doi.org/10.4337/9781782545118>

- Muro, D., & Vidal, G. (2017). Political mistrust in southern Europe since the Great Recession. In *Mediterranean Politics*. <https://doi.org/10.1080/13629395.2016.1168962>
- Norris, P. (1999). Political Support in Advanced Industrial Democracies. In *Critical Citizens- Global Support for Democratic Governance* (Vol. 53, Issue 9). Oxford University Press.
- Offe, C. (1999). How can we trust our fellow citizens? In *Democracy and Trust* (pp. 42–87). <https://doi.org/10.3167/004058100782485693off>
- Ortega, E., & Peñalosa, J. (2012). The Spanish Economic Crisis: Key Factors and Growth Challenges in the Euro Area. *Banco de España*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2016027>
- Pagoulatos, G. (2012). Desperately hanging on: A euro-crisis view from Greece. European Council on Foreign Relations, September, 1–7.
- Pianta, M. (2013). Democracy Lost: The Financial Crisis in Europe and the Role of Civil Society. *Journal of Civil Society*, 9(2), 148–161. <https://doi.org/10.1080/17448689.2013.788927>
- Pinto, M. (2014). A CRISE DE DÍVIDA SOBERANA NA ÁREA DO EURO. *Dissertação de Mestrado Em Economia*.
- Podvrši, A., Becker, J., Piroška, D., Profant, T., & Hodulák, V. (2020). Mitigating the COVID-19 effect: Emergency economic policy-making in Central Europe. *European Trade Union Institute Working Paper 2020.07*.
- Przeworski, A., & Teune, H. (n.d.). *The Logic of Comparative Social Inquiry* (Wiley-Interscience (ed.)).
- Putnam, R. D. (1995). Bowling Alone. *Journal of Democracy*, 65–78.
- Reis, J., Rodrigues, J., Santos, A., & Teles, N. (2013). Compreender a Crise: A economia portuguesa num quadro europeu desfavorável. In *A ANATOMIA DA CRISE: Identificar os problemas para construir as alternativas* (pp. 12–71).
- Rump, M., & Zwiener-Collins, N. (2021). What determines political trust during the COVID-19 crisis? The role of sociotropic and egotropic crisis impact. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 31(S1), 259–271. <https://doi.org/10.1080/17457289.2021.1924733>
- Scharpf, F. W. (2003). Problem-solving effectiveness and democratic accountability in the EU. *MPIfG Working Paper 03/1*.
- Serricchio, F., Tsakatika, M., & Quaglia, L. (2013). Euroscepticism and the Global Financial Crisis. *Journal of Common Market Studies*, 51(1), 51–64. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2012.02299.x>
- Schmidt, V. A. (2015). Forgotten Democratic Legitimacy: “Governing by the Rules” and “Ruling by the Numbers.” In M. Blyth & M. Matthijs (Eds.), *The Future of the Euro*. Oxford University Press.
- Schraff, D. (2020). Political trust during the Covid-19 pandemic: Rally around the flag or lockdown effects? *European Journal of Political Research*, March, 1–11. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12425>

- Sommer, M. (2020). Blame-shifting in Times of Permanent Austerity: Evidence from Spain and Greece in the Eurozone Crisis. *Journal of Common Market Studies*, 58(3), 562–579. <https://doi.org/10.1111/jcms.12926>
- Silva, A., (2017). *A Aventura da Moeda Única Europeia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Teperoglou, E., & Belchior, A. M. (2020). Is ‘Old Southern Europe’ Still Eurosceptic? Determinants of Mass Attitudes before, during and after the Eurozone Crisis. *South European Society and Politics*, 00(00), 1–26. <https://doi.org/10.1080/13608746.2020.1805878>
- Torcal, M. (2014). The Decline of Political Trust in Spain and Portugal: Economic Performance or Political Responsiveness? *American Behavioral Scientist*, 58(12), 1542–1567. <https://doi.org/10.1177/0002764214534662>
- Torcal, M., & Christmann, P. (2019). Congruence, national context and trust in European institutions. *Journal of European Public Policy*, 26(12), 1779–1798. <https://doi.org/10.1080/13501763.2018.1551922>
- Torcal, M., & Montero, J. R. (2006). *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social capital, institutions, and politics*. Routledge.
- Usherwood, S., & Startin, N. (2013). Euroscepticism as a Persistent Phenomenon. *Journal of Common Market Studies*, 51(1), 1–16. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2012.02297.x>
- Uslaner, E. (2018). *The Oxford handbook of social and political trust*. Oxford University Press.
- van der Meer, T., & Dekker, P. (2013). Trustworthy states, trusting citizens? A multilevel study into objective and subjective determinants of political trust. In S. Zmerli & M. Hooghe (Eds.), *Political trust: why context matters*. Paperback.
- van der Meer, T., & Hakhverdian, A. (2017). Political Trust as the Evaluation of Process and Performance: A Cross-National Study of 42 European Countries. *Political Studies*, 65(1), 81–102. <https://doi.org/10.1177/0032321715607514>
- Van Erkel, P. F. A., & Van Der Meer, T. W. G. (2016). Macroeconomic performance, political trust and the Great Recession: A multilevel analysis of the effects of within-country fluctuations in macroeconomic performance on political trust in 15 EU countries, 1999-2011. *European Journal of Political Research*, 55(1), 177–197. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12115>
- Warren, M. E. (1999). *Democracy and Trust*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.3167/004058100782485693>
- Wong, T. K. ying, Wan, P. san, & Hsiao, H. H. M. (2011). The bases of political trust in six Asian societies: Institutional and cultural explanations compared. *International Political Science Review*, 32(3), 263–281. <https://doi.org/10.1177/0192512110378657>
- Wroe, A. (2016). Economic Insecurity and Political Trust in the United States. *American Politics Research*, 44(1), 131–163. <https://doi.org/10.1177/1532673X15597745>

Anexos

ANEXO A – Construção e consistência das variáveis compósitas

Tabela 1- Consistência da variável compósita “Confiança institucional europeia”, formada pelas variáveis “EUROPEAN PARLIAMENT: TRUST”, “EUROPEAN COMISSION: TRUST”, “EUROPEAN CENTRAL BANK: TRUST”, para o Eurobarómetro de 2014

Reliability Statistics	
Cronbach's Alpha	N of Items
0,920	3

Tabela 2- Consistência da variável compósita “Confiança institucional europeia”, formada pelas variáveis “EUROPEAN PARLIAMENT: TRUST”, “EUROPEAN COMISSION:TRUST”, “EUROPEAN CENTRAL BUNK: TRUST”, para o Eurobarómetro de 2020

Reliability Statistics	
Cronbach's Alpha	N of Items
0,916	3

ANEXO B- Outputs dos modelos de moderação ¹⁵

B.1 Modelo I

Tabela 3- Adequabilidade do modelo da moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,2123	,0451	1,2344	62,8878	3,0000	3997,0000	,0000

Tabela 4- Efeito da avaliação da economia nacional nos diferentes níveis da saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro

Conditional effects of the focal predictor at values of the moderator(s):

Dummy.ec	Effect	se	t	p	LLCI	ULCI
,0000	,2825	,0411	6,8767	,0000	,2020	,3631
1,0000	,5244	,0444	11,8028	,0000	,4373	,6116

¹⁵ O pressuposto da normalidade dos erros foi violado, como acontece em regressões OLS que usam variáveis dependentes discretas (Hayes, 2018: 70). Para garantir a robustez dos resultados foi usado um método inferencial na análise de regressão que não assume a Homocedasticidade (heteroscedasticity-consistent covariance estimators, Hayes 2018).

B.2. Modelo II

Tabela 5- Adequabilidade do modelo da moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro na relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia

Model Summary						
R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,2635	,0694	1,2316	93,0838	3,0000	3744,0000	,0000

Tabela 6- Efeito da avaliação da economia europeia nos diferentes níveis da saliência dos assuntos relacionados com a crise da zona Euro

Conditional effects of the focal predictor at values of the moderator(s):

Dummy.ec	Effect	se	t	p	LLCI	ULCI
,0000	,4865	,0383	12,6883	,0000	,4113	,5617
1,0000	,3680	,0342	10,7684	,0000	,3010	,4350

B.3. Modelo III

Tabela 7- Adequabilidade do modelo da moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica na relação entre a avaliação da performance europeia na resposta à crise pandémica e a confiança institucional europeia

Model Summary						
R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,4441	,1972	1,5128	311,7566	3,0000	3807,0000	,0000

B.4 Modelo IV

Tabela 8- Adequabilidade do modelo da moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica na relação entre a avaliação da economia nacional e a confiança institucional europeia

Model Summary						
R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,2596	,0674	1,7325	98,0299	3,0000	4069,0000	,0000

Tabela 9- Efeito da avaliação da economia nacional nos diferentes níveis da saliência dos assuntos relativos à crise pandémica

Conditional effects of the focal predictor at values of the moderator(s):

dummy_sa	Effect	se	t	p	LLCI	ULCI
,0000	,6312	,0478	13,2116	,0000	,5376	,7249
1,0000	,4330	,0439	9,8681	,0000	,3469	,5190

B.5. Modelo V

Tabela 10- Adequabilidade do modelo da moderação da saliência dos assuntos relacionados com a crise pandémica na relação entre a avaliação da economia europeia e a confiança institucional europeia

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,2765	,0765	1,7297	104,8637	3,0000	3799,0000	,0000

Tabela 11- Efeito da avaliação da economia europeia nos diferentes níveis da saliência dos assuntos relativos à crise pandémica

Conditional effects of the focal predictor at values of the moderator(s):

dummy_sa	Effect	se	t	p	LLCI	ULCI
,0000	,4374	,0448	9,7629	,0000	,3496	,5253
1,0000	,6018	,0427	14,0918	,0000	,5181	,6856